



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 147

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 147**

### **137ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofício ..... 03

Indicações ..... 04

Requerimentos ..... 09

Projetos de Lei ..... 17

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Jocelito Canto ..... 21

Dep. Luciana Rafagnin ..... 22

Dep. Antonio Belinati ..... 23

Dep. Douglas Fabrício ..... 25

Dep. Elton Welter ..... 27

#### **Grande Expediente:**

Dep. Luiz Eduardo Cheida ..... 28

Dep. Elio Rusch ..... 29

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 23

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício .....25

Liderança do PT

Dep. Elton Welter .....31

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário.....32

Liderança do PMDB

Dep. Dobrandino da Silva.....33

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....34

Discussão/Votação

Redação Final .....36

3ª Discussão .....36

2ª Discussão .....36

1ª Discussão .....36

Requerimentos .....42

**Encerramento da Sessão .....43**

**Transcrição .....43**

#### **Publicações:**

Atas de Comissões

Constituição e Justiça .....43

Orçamento .....45

Direitos Humanos e Cidadania ..45

#### **Publicações Administrativas:**

Aditivo Contratual .....46

### **DIÁRIO Nº 147**

### **137ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 137ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
09 DE DEZEMBRO DE 2008**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobran-

dino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Edgar Bueno, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins e Ney Leprevost (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### **Expediente:**

### **Ofício**

OFÍCIO Nº 0038/08

Curitiba, em 09/12/08.

Senhor Presidente:

Encaminho em anexo os nomes dos Parlamentares da Bancada do Partido dos Trabalhadores que irão compor as Comissões nesta Casa de Leis.

Na oportunidade, renovo protestos de consideração e apreço.

(a) PÉRICLES DE MELLO

| COMISSÃO  | MEMBRO                         | SUPLENTE          |
|---|--------------------------------|-------------------|
| CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  | TADEU VENERI                   | PROFESSOR LUIZÃO  |
| COMISSÃO DE FINANÇAS  | PROFESSOR LUIZÃO               | PEDRO IVO         |
| COMISSÃO DE ORÇAMENTO   | PROFESSOR LUIZÃO               | PEDRO IVO         |
| COMISSÃO DE AGRICULTURA   | LUCIANA RAFAGNIN - PRESIDENTE  | PEDRO IVO         |
| COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS  | PÉRICLES DE MELLO              | PROFESSOR LUIZÃO  |
| COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  | PÉRICLES DE MELLO - PRESIDENTE | PROFESSOR LUIZÃO  |
| COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA   | PROFESSOR LUIZÃO               | PÉRICLES DE MELLO |
| COMISSÃO DE SAÚDE   | TADEU VENERI                   | PROFESSOR LUIZÃO  |
| COMISSÃO DE REDAÇÃO   | PROFESSOR LUIZÃO               | PEDRO IVO         |
| COMISSÃO DE ECOLOGIA MEIO AMBIENTE                                      | LUCIANA RAFAGNIN               | PEDRO IVO         |
| COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS                  | PROFESSOR LUIZÃO               | LUCIANA RAFAGNIN  |
| COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA                                | LUCIANA RAFAGNIN               | PÉRICLES DE MELLO |
| COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO | LUCIANA RAFAGNIN               | TADEU VENERI      |
| COMISSÃO DA IND. COMÉRCIO E TURISMO                                     | PEDRO IVO                      | PÉRICLES DE MELLO |
| COMISSÃO DO MERCOSUL E ASSUNTOS INTERNACIONAIS                          | PÉRICLES DE MELLO              | PROFESSOR LUIZÃO  |
| COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR  | TADEU VENERI                   | PROFESSOR LUIZÃO  |
| COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS                                     | TADEU VENERI - PRESIDENTE      | PROFESSOR LUIZÃO  |
| CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR                                  | PEDRO IVO - PRESIDENTE         | PÉRICLES DE MELLO |
| BLOCO AGROPECUÁRIO  | PEDRO IVO - PRESIDENTE         | LUCIANA RAFAGNIN  |

## Indicações

### INDICAÇÃO Nº 561/08

#### SÚMULA:

Propõe a execução de obras de construção de passarelas.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Luiz Accorsi, subscritor da presente, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o encaminhamento de ofício ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes, reivindicando a construção de passarelas para a transposição de pedestres sobre a rodovia PR 323 no trecho recentemente duplicado na cidade de Paçandu.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A apresentação da presente indicação nos foi solicitada mediante o Ofício nº 555/08 firmado pelo Prefeito Nelson Teodoro de Oliveira. Em virtude das nossas frequentes viagens à região, tomamos conhecimento do elevado número de acidentes por atropelamento, registrado no trajeto urbano da PR 323, recentemente duplicado pelo Governo do Paraná. Daí, a nossa concordância com a preocupação manifestada pelo Prefeito Nelson Teodoro de Oliveira. Por outro lado, é importante dar a conhecer ao órgão requerido, a satisfação de toda a população de Paçandu, mais precisamente dos motoristas, quanto às obras de duplicação do trecho em questão, ressaltando que tal contentamento será completado com o atendimento desta solicitação.

### INDICAÇÃO Nº 562/08

#### SÚMULA:

Sugere a pavimentação asfáltica no trecho da PR-476, no entroncamento da BR-153 ao distrito de Vila Guay, município de Ibaiti.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a pavimentação asfáltica de nove quilômetros no trecho da PR-476, no entroncamento da BR-153 ao distrito de Vila Guay, município de Ibaiti.

II - estamos apresentando a presente indicação, procurando atender anseios da população, objetivando melhorar o acesso de toda a população do município de Ibaiti.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

### INDICAÇÃO Nº 563/08

#### SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 2 ônibus escolares ao município de Fernandes Pinheiro.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 2 ônibus escolar para o município de Fernandes Pinheiro.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

#### JUSTIFICATIVA:

Fernandes Pinheiro encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,711 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Fernandes Pinheiro de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

### INDICAÇÃO Nº 564/08

#### SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 2 ônibus escolares ao município de Teixeira Soares.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 2 ônibus escolar para o município de Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

#### JUSTIFICATIVA:

Teixeira Soares encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,738 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Teixeira Soares de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

## INDICAÇÃO Nº 565/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 1 ônibus escolar ao município de São Carlos do Ivaí.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 1 ônibus escolar para o município de São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

São Carlos do Ivaí encontra-se geograficamente inserida na região noroeste do nosso estado. Com fator IDH de 0,738 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação deste veículo certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de São Carlos do Ivaí de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

## INDICAÇÃO Nº 566/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 1 ônibus escolar ao município de Paula Freitas.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 1 ônibus escolar para o município de Paula Freitas.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

Paula Freitas encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,735 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação deste veículo certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Paula Freitas de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

## INDICAÇÃO Nº 567/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 6 ônibus escolares ao município de Irati.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 6 ônibus escolares para o município de Irati.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

Irati encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,743 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Irati de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

## INDICAÇÃO Nº 568/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 2 ônibus escolares ao município de Inácio Martins.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 2 ônibus escolares para o município de Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

Inácio Martins encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,690 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Inácio Martins de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

## INDICAÇÃO Nº 569/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 4 ônibus escolares ao município de São Mateus do Sul.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 4 ônibus escolares para o município de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

São Mateus do Sul encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,766 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de São Mateus do Sul de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

## INDICAÇÃO Nº 570/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 2 ônibus escolares ao município de Antonio Olinto.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 2 ônibus escolares para o município de Antonio Olinto.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

Antonio Olinto encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,711 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Antonio Olinto de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

## INDICAÇÃO Nº 571/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 3 ônibus escolares ao município de Rio Azul.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 3 ônibus escolares para o município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

Rio Azul encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,738 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Rio Azul de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

## INDICAÇÃO Nº 572/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 2 ônibus escolares ao município de Ivaí.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 2 ônibus escolares para o município de Ivaí.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

Ivaí encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,701 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Ivaí de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

## INDICAÇÃO Nº 573/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 3 ônibus escolares ao município de Guamiranga.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 3 ônibus escolares para o município de Guamiranga.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

Guamiranga encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,702 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Guamiranga de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

## INDICAÇÃO Nº 574/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 3 ônibus escolares ao município de Rebouças.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 3 ônibus escolares para o município de Rebouças.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

Rebouças encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,711 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Rebouças de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

## INDICAÇÃO Nº 575/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 6 ônibus escolares ao município de Prudentópolis.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 6 ônibus escolares para o município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

Prudentópolis encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,733 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Prudentópolis de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

## INDICAÇÃO Nº 576/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 2 ônibus escolares ao município de São João do Triunfo.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 2 ônibus escolares para o município de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

São João do Triunfo encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,679 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de São João do Triunfo de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

## INDICAÇÃO Nº 577/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 2 ônibus escolares ao município de Paulo Frontin.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 2 ônibus escolares para o município de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

Paulo Frontin encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,735 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Paulo Frontin de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

## INDICAÇÃO Nº 578/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 3 ônibus escolares ao município de Mallet.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 3 ônibus escolares para o município de Mallet.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

Mallet encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,761 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Mallet de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

## INDICAÇÃO Nº 579/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 4 ônibus escolares ao município de Fernandes Imbituva.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 4 ônibus escolares para o município de Imbituva.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

Imbituva encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,727 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Imbituva de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

## INDICAÇÃO Nº 580/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 2 ônibus escolares ao município de Cândói.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 2 ônibus escolares para o município de Cândói.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) FELIPE LUCAS

## JUSTIFICATIVA:

Cândói encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,711 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Cândói de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.



## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 3767

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

### REQUERIMENTO Nº 3769

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 02 do mês corrente, devido a compromisso inadiável no Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

### REQUERIMENTO Nº 3754

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Artur Flávio Bileke Prestes de Souza, ocorrido no último dia 30 de novembro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 30 de novembro o Sr. Artur Flávio Bileke Prestes de Souza, com 28 anos de idade, vítima de acidente automobilístico. Deixou viúva Elaine, mãe de Natália e três filhos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e a sua labuta diária.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares do Sr. Arthur, endereçada a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

### REQUERIMENTO Nº 3800

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Haruo Miyazaki, filho do Sr. Tokuji Miyazaki e da Sra. Toyo Miyazaki, Haruo Miyazaki era agricultor aposentado e tinha 77 anos de idade e faleceu no último dia 06 de dezembro, na cidade de Curitiba.

Haruo Miyazaki deixa viúva a Sra. Tomie Miyazaki e deixa dois filhos; Júlio César Noboru Miyazaki e Elizete Miyazaki Ono. Deixa ainda a sua nora Marina Miyazaki, o genro Helio Ono e cinco netos; Fernando, Rodrigo e Marcelo Miyazaki e Ana Flávia e Fabrício Ono.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

### REQUERIMENTO Nº 3761

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações ao professor Carlos Henrique Gorges Vici, e seus alunos do Colégio SESI de Londrina pelo prêmio Escola Volutária, concedido na cidade de São Paulo por seus projetos ambientais.

O projeto do professor Carlos Henrique disputou com outros 600 projetos, e consagrou-se como vencedor. Assim merece o reconhecimento desta Casa e do Paraná, um professor que nos faz aspirar cidadania, um homem que faz honrar esta bela profissão.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

### REQUERIMENTO Nº 3765

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao casal Iracema Cieli Franceschi Alves Pinto e José Augusto Alves Pinto pela honrosa conquista alcançada por seu filho Diogo Antonio Alves Pinto ao tornar-se médico, o que, certamente, significa um importante passo na longa jornada de sucesso que ainda está por vir.

Requer ainda, envio de cópia ao Ilmo. casal Sra. iracema Cieli Franceschi Alves Pinto e José Augusto Alves Pinto.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) ROSANE FERREIRA

# REQUERIMENTO Nº 3766

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Araucária Transporte Coletivo Ltda. pela conquista do prêmio Top de Marketing 2008, alcançado pela sua excelência na qualidade de atendimento e nos serviços prestados.

Requer ainda, envio de cópia ao Ilmo. Sr. Hairton Luiz Romane, Diretor - Presidente da Araucária Transporte Coletivo Ltda.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) ROSANE FERREIRA

# REQUERIMENTO Nº 3770

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Sr. Israel Domingos, Prefeito eleito do município de Salto do Itararé.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

# REQUERIMENTO Nº 3771

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Instituto de Criminalística do Estado do Paraná, pelo Dia Nacional do Perito Criminal, comemorado no último dia 04/12 do corrente.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

# REQUERIMENTO Nº 3753

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa da concessão de moção de louvor à estudante Mariane Cheli de Oliveira e à sua professora, a Sra. Vanicléia de Oliveira Souza Rebelo pela honrosa conquista da Olimpíada Nacional da Língua Portuguesa.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Disse um poeta que é dos pequenos frascos que rescendem os mais agradáveis perfumes.

Semana passada, a minha pequena Tamboara lá no meu querido noroeste, ocupou generosos espaços na mídia nacional.

Graças à sensibilidade, à visão humana e cristã de uma menina que soube como poucos colocar no papel, os seus sentimentos quando a saga de um valente contingente de valorosos trabalhadores, cujas mãos grossas e áspersas, cujos rostos sulcados pelo derramamento de salgados suores, são responsáveis pela produção de mercadorias das mais importantes para a vida nacional, como o açúcar e o álcool.

Mariane, sugerida pela sua professora Vanicléia, escreveu a sofrida vida dos seus cavaleiros da cana, representados em sua obra literária pelo seu próprio pai. E retratou o medo da mecanização no canavial. E retratou o medo do desemprego. E desperta a todos para profunda e séria reflexão sobre a vida dos cavaleiros da cana.

A escritora foi cumprimentada em Palácio, pelo próprio Presidente da República.

Esse acontecimento faz Tamboara e o seu Colégio Duílio Trevizani Beltrão, os seus quadros docentes e discentes, os seus colaboradores nas mais diversas áreas, serem merecedores dos mais respeitosos olhares e sentimentos de admiração e de respeito.

A Assembléia Legislativa do Paraná, cujos membros representam toda a população do nosso estado, cumpre com enorme satisfação, o dever de prestar tão justa quanto merecida homenagem à menina bonita de Tamboara e à sua dedicada professora.

# REQUERIMENTO Nº 3755

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à equipe do Hospital Erasto Gaertner - Serviço de Cirurgia e Buco-Maxilo-Facial; Cirurgia de Cabeça e Pescoço; Centro de Projeto de Ensino e Pesquisa, conforme abaixo relacionados:

Dr. Laurindo Moacir Sassi - Coordenador - UNE-FESP; Dr. José Luis Dissenha; Dr. Fernando L. Zanferri; Dra. Julia L. Shussel; Dr. Shozo Miyachi; Dr. Acir José Dirjchnabel e Dra. Roberta Stramandinoli.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Pelo pioneirismo no Brasil na implementação do projeto da 20ª Campanha de Prevenção do Câncer Bucal - Curitiba - PR.

Onde foram realizadas a distribuição de 5.000 (cinco mil) folhetos - manual do auto-exame de boca - explicações;

Esclarecimento da população acerca de lesões cancerizáveis da boca - usando pôsteres como material didático;

Exame clínico da cavidade bucal, no total de 217, onde foram encontradas 43 lesões;

Coleta de dados pessoais dos indivíduos que se submeteram ao exame clínico, visando traçar o perfil das pessoas neste tipo de trabalho.

Foram encaminhados 32 paciente com lesões, para o Centro de Diagnóstico da Unidade de Saúde do Rosário, para posteriormente encaminhar para o Hospital Erasto Gaertner de Curitiba.

Foi de relevante importância, o trabalho efetuado no sentido de esclarecer o perfil da população que atende este tipo de projeto, visando o planejamento de outros no futuro.

Outro ponto de vista da campanha ou de esclarecimento das lesões cancerizáveis, foi a oportunidade de se conhecer melhor as pessoas que voluntariamente se dedicam a este tipo de atividades, em sacrifícios de seus afazeres normais e, que certamente auxiliarão nos futuros projetos.

#### REQUERIMENTO Nº 3756

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Adonai Aires de Arruda.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Nascido em Quatingá -PR, interior do Paraná, Adonai Aires de Arruda formou-se em Medicina Veterinária em 1972. Trabalhou em frigoríficos, na inspeção de carnes; laboratórios farmacêuticos e de produtos veterinários, empresas de prestação de serviço e comandou federações, associações, clubes nacionais e internacionais. Atualmente é Presidente do Grupo de Serviços Higi Serv e do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Paraná (SEAC-PR).

Adonai Aires de Arruda vai assumir o comando da entidade internacional que representa todos os portadores de serviços e terceirizações de mão-de-obra do planeta. Ele foi eleito Presidente da World Federation of Building Service Contractors (WFBSC) para o biênio 2010/2012 e tomará posse na Nova Zelândia.

Parabenizo por ser um empreendedor que conseguiu superar todas as dificuldades do mercado, conseguindo se estabelecer em ramos diferentes e muito concorridos. Por ser considerado uma referência, um exemplo que serve como prova de que o esforço, dedicação e iniciativa, pode conduzir uma pessoa a bons resultados.

#### REQUERIMENTO Nº 3772

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao engenheiro civil Afonso Celso Koeher de Camargo.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao engenheiro civil Afonso Celso Koeher de Camargo que assume cadeira na Câmara Municipal de Curitiba, levando seus conhecimentos e sua experiência a esta Casa Legislativa, foi Diretor de várias empresas na área de informática, privada e pública, com

professor lecionou nas disciplinas de processamento de dados e projeto e análise de sistemas, formado pela Universidade Federal do Paraná em Engenharia Civil especializou-se em computação pela IBM do Brasil.

#### REQUERIMENTO Nº 3773

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Zandra Lea Watanabe Salomão.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Zandra Lea Watanabe Salomão, Diretora de Comunicação da Associação Brasileira de Odontologia do Paraná, que promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os odontólogos, através de ações sociais, culturais e científicas, que beneficiam a saúde bucal da população, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados.

#### REQUERIMENTO Nº 3774

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Eluard da Veiga Cavali.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Eluard da Veiga Cavali, Secretário do Conselho Regional de Odontologia do Paraná, que promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os Odontólogos, através de ações sociais, culturais e científicas, que beneficiam a saúde bucal da população, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados.

#### REQUERIMENTO Nº 3775

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Dalton Luiz Bittencourt.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Dalton Luiz Bittencourt, Diretor-Secretário da Associação Brasileira de Odontologia Seção Paraná, que promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os odontólogos, através de ações sociais, culturais e científicas, que beneficiam a saúde bucal da população, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados.

# REQUERIMENTO Nº 3776

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Celso Minervino Russo.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Celso Minervino Russo, Diretor-Financeiro da Associação Brasileira de Odontologia Seção Paraná, que promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os odontólogos, através de ações sociais, culturais e científicas, que beneficiam a saúde bucal da população, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados.

# REQUERIMENTO Nº 3777

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Edson Milani de Holanda.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Edson Milani de Holanda, Tesoureiro do Conselho Regional de Odontologia do Paraná, que promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os odontólogos, através de ações sociais, culturais e científicas, que beneficiam a saúde bucal da população, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados.

# REQUERIMENTO Nº 3778

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Sérgio Vieira.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Sérgio Vieira, Diretor de Orientação da Pós-Graduação da Associação Brasileira de Odontologia Seção Paraná, que promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os odontólogos, através de ações sociais, culturais e científicas, que beneficiam a saúde bucal da população, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados.

# REQUERIMENTO Nº 3779

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Rui Fernando Mazur.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Rui Fernando Mazur, Diretor da Comissão Universitária da Associação Brasileira de Odontologia Seção Paraná, que promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os odontólogos, através de ações sociais, culturais e científicas, que beneficiam a saúde bucal da população, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados.

# REQUERIMENTO Nº 3780

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Luiz Afonso de Souza Martins.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luiz Afonso de Souza Martins, Diretor de Esportes da Associação Brasileira de Odontologia Seção Paraná, que promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os odontólogos, através de ações sociais, culturais e científicas, que beneficiam a saúde bucal da população, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados.

# REQUERIMENTO Nº 3781

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Henrique Taglianetti.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Henrique Taglianetti, Diretor de Assuntos Políticos da Associação Brasileira de Odontologia Seção Paraná, que promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os odontólogos, através de ações sociais, culturais e científicas, que beneficiam a saúde bucal da população, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados.

## REQUERIMENTO Nº 3782

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Egas Moniz de Aragão.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Egas Moniz de Aragão, Diretor da Escola de Aperfeiçoamento Profissional da Associação Brasileira de Odontologia Seção Paraná, que promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os odontólogos, através de ações sociais, culturais e científicas, que beneficiam a saúde bucal da população, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados.

## REQUERIMENTO Nº 3783

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Ermensson Luiz Jorge.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Ermensson Luiz Jorge, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Odontologia Seção Paraná e Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Paraná, que promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os odontólogos, através de ações sociais, culturais e científicas, que beneficiam a saúde bucal da população, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados.

## REQUERIMENTO Nº 3788

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao engenheiro civil Luiz Carlos Reis.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao engenheiro civil Luiz Carlos Reis, Presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campo Largo, que frente a instituição promove o aprimoramento, o desenvolvimento e a valorização dos engenheiros civis e dos arquitetos, defendendo e coordenando as categorias, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados.

## REQUERIMENTO Nº 3789

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao engenheiro agrônomo Odolir Antonio Bortoluzzi.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao engenheiro agrônomo Odolir Antonio Bortoluzzi, Presidente da Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Cascavel, que frente a instituição promove o aprimoramento, o desenvolvimento e a valorização dos engenheiros agrônomos, defendendo e coordenando as categorias, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados.

## REQUERIMENTO Nº 3790

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao engenheiro agrícola Osvaldo Kuczman.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao engenheiro agrícola Osvaldo Kuczman, Presidente da Associação Paranaense dos Engenheiros Agrícolas, que frente a instituição promove o elo dos importante campos da ciência, a Engenharia e a Agricultura, fundamentando-se em conhecimentos das ciências exatas e tecnológicas, completando-se às Ciências Agrárias, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados.

## REQUERIMENTO Nº 3798

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Osiris Pontoni Klamas.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Osiris Pontoni Klamas, Presidente da Associação Brasileira de Odontologia Seção Paraná, que promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os odontólogos, através de ações sociais, culturais e científicas, que beneficiam a saúde bucal da população, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados.

#### REQUERIMENTO Nº 3784

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Antonio El Achkar.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Antonio El Achkar, conhecido carinhosamente como “Toto”, empresário do ramo farmacêutico, pela diplomação como Prefeito de Piraí do Sul, cidade a qual se dedica como empresário e cidadão, e à partir desta, como servidor público, conhecedor de seu município, eleito pela maioria dos piraienses, é o representante legítimo da comunidade que estará a frente das causas de interesse do povo de Piraí do Sul.

#### REQUERIMENTO Nº 3785

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Jayme Zlotnik.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Jayme Zlotnik, médico otorrinolaringologista, professor da Universidade Federal do Paraná, membro do comitê antifumo do Hospital de Clínicas do Paraná e um grande combatente contra o fumo. Sua luta é para salvar vidas através da conscientização de que o fumo é maléfico à saúde, não criticando o fumante, mas sim, incentivando a desprezar o cigarro. Ele é um guerreiro da Saúde.

#### REQUERIMENTO Nº 3787

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao engenheiro civil Valter Fanini.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao engenheiro civil Valter Fanini, Presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná - SENGE/PR, que frente à instituição promove o aprimoramento, o desenvolvimento e a valorização dos Engenheiros Cívicos, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados, diante da relevante função social que exercem, buscando novas oportunidades para a categoria.

#### REQUERIMENTO Nº 3791

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e

congratulações à Legião Paranaense do Expedicionário pelos 57 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Legião Paranaense do Expedicionário pelos 57 anos de fundação, que completa neste mês de novembro, sendo o órgão dos ex-combatentes que serviram na Força Expedicionária Brasileira, durante a Segunda Grande Guerra, mantenedora do Museu do Expedicionário, a Legião Paranaense do Expedicionário vem nestes 57 anos de atividade, ilustrando a participação brasileira na 2ª Grande Guerra, em especial a participação dos soldados paranaenses, mantendo viva a história, para que as novas gerações tenham conhecimento das lutas e das glórias de nossos pracinhas.

#### REQUERIMENTO Nº 3792

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Sra. Carolina Maria Chelle.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sra. Carolina Maria Chelle, com vocação para as artes, iniciou seus estudos pela escola de música, demonstrando também gosto pelo teatro, aprimorou-se na Academia de Música Lorenzo Fernandes e posteriormente realizou curso de imitação de voz, lançou seu primeiro CD em 2001, com músicas próprias, revelando-se ao grande público, paralelamente graduou-se em Farmácia pela Universidade Federal do Paraná, tendo realizado o curso de mestrado em Biotecnologia, prosseguindo com sua carreira artística, lança neste mês de novembro, seu novo CD, com o título “Sem Amarras”.

#### REQUERIMENTO Nº 3786

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a arquiteta e urbanista Ana Carmen de Oliveira.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à arquiteta e urbanista Ana Carmen de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado do Paraná, que frente à instituição, promove o aprimoramento, o desenvolvimento e a valorização dos arquitetos e urbanistas, defendendo e coordenando as categorias, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados, buscando novas oportunidades para as categorias, diante da relevante função social que exercem.

**REQUERIMENTO Nº 3793**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao engenheiro agrônomo Alexandre Nunes Leite Rosas.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao engenheiro agrônomo Alexandre Nunes Leite Rosas, Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos dos Campos Gerais, que frente à instituição, promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os engenheiros agrônomos, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados, buscando novas oportunidades para a categoria, diante das relevantes funções sociais que exercem.

**REQUERIMENTO Nº 3794**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao engenheiro civil Marcos Vinicius Napoli.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao engenheiro civil Marcos Vinicius Napoli, Presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Castro, que frente à instituição, promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os engenheiros e arquitetos, defendendo e coordenando as categorias, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados, buscando novas oportunidades para as categorias, diante das relevantes funções sociais que exercem.

**REQUERIMENTO Nº 3795**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao engenheiro agrônomo Fernando Simão Cardoso.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao engenheiro agrônomo Fernando Simão Cardoso, Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Cornélio Procopio, que frente à instituição, promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os engenheiros agrônomos, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados, buscando novas oportunidades para a categoria, diante das relevantes funções sociais que exercem.

**REQUERIMENTO Nº 3796**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao arquiteto Robert Henry Schulze.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao arquiteto Robert Henry Schulze, Presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São José dos Pinhais, que frente à instituição, promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os engenheiros e arquitetos, defendendo e coordenando as categorias, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados, buscando novas oportunidades para as categorias, diante das relevantes funções sociais que exercem.

**REQUERIMENTO Nº 3797**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a engenheira química Elisabete Domingues Garcia Gava.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem a engenheira química Elisabete Domingues Garcia Gava, Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos, Arquitetos e Agrônomos de Rio Negro, que frente à instituição, promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os engenheiros, arquitetos e agrônomos, defendendo e coordenando as categorias, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados, buscando novas oportunidades para as categorias, diante das relevantes funções sociais que exercem.

**REQUEIRIMENTO Nº 3762**

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado no uso de suas atribuições regimentais, e deveres constitucionais, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Prefeito do Município de Londrina, Sr. Nedson Micheletti, solicitando que o mesmo ordene o pagamento das parcelas em atraso na Autarquia Municipal de Saúde para com o Hospital Universitário Estadual de Londrina.

As parcelas que a PML/AMS - Convênios SUS deve para o HU já somam R\$ 5.620.654,07. O município que trabalha em Gestão Plena da Saúde deixou de pagar as parcelas ao HU dos meses de julho, agosto, setembro e outubro, sendo que a parcela de novembro está em processamento. Desta forma a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná apresenta este requerimento a Prefeitura Municipal de Londrina para que a mesma honre com as parcelas em atraso com o Hospital Universitário da UEL.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

## REQUERIMENTO Nº 3763

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado no uso de suas atribuições regimentais, e deveres constitucionais, REQUER o envio de expediente do Exmo. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Sr. Nestor Baptista, para que este egrégio Tribunal tome conhecimento e tome as medidas cabíveis frente ao atraso no pagamento do HU pela Prefeitura Municipal de Londrina.

As parcelas que a PML/AMS - Convênios SUS deve para o HU já somam R\$ 5.620.654,07. O município que trabalha em Gestão Plena na Saúde deixou de pagar as

parcelas ao HU dos meses de julho, agosto, setembro e outubro, sendo que a parcela de novembro está em processamento.

Diante de todos os problemas que este estranho atraso tem provocado no Hospital Universitário e a todos os milhares de pacientes que recorrem a este hospital, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná apresenta a V. Exa. os atrasos, planilha em anexo, e requer estudo por este egrégio tribunal das medidas cabíveis para o saneamento imediato do citado atraso.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

## Síntese das Pendências junto à PML/AMS - Convênio/SUS - Posição em 08/12/08.

| <b>I - Faturamento Aprovado/DACA com Repasse em Atraso</b> |             |                   |                   |                     |                     |      |                     |
|--|-------------|-------------------|-------------------|---------------------|---------------------|------|---------------------|
| Sistemas/Competências                                      |             | Jul.              | Ago.              | Set.                | Out. (*)            | Nov. | TOTAL               |
| (+) AC   | SIA         | -                 |                   | 117.600,49          | 112.270,93          | -    | <b>229.871,42</b>   |
|  | SIH         | -                 | -                 | 365.614,30          | 175.706,95          | -    | <b>541.321,25</b>   |
| (+) FAEC   | SIA         | -                 | 152.740,60        | 86.964,26           | 127.960,27          | -    | <b>367.665,13</b>   |
|  | SIH         | -                 | 329.560,61        | 153.027,26          | 221.262,22          | -    | <b>703.850,09</b>   |
| (+) Componente Fixo  |             | -                 | -                 | 1.713.355,51        | 1.713.356,51        | -    | <b>3.426,713,02</b> |
| (+) Repasse para Mat. Municipal                            |             | -                 | -                 | (177.667,24)        | (177.667,24)        | -    | <b>(366.334,48)</b> |
| (+) Componente Variável                                    | Já Avaliado | -                 | -                 | -                   | -                   | -    | -                   |
|  | A Avaliar   | 162.910,87        | 162.910,87        | 190.372,95          | 190.372,95          | -    | <b>706.567,64</b>   |
| <b>TOTAL</b>   |             | <b>162.910,87</b> | <b>645.212,08</b> | <b>2.449.268,53</b> | <b>2.363.262,59</b> | -    | <b>5.620.654,07</b> |
| (*) Valores do SIA = faturamento apresentado.              |             |                   |                   |                     |                     |      |                     |

| <b>II - Reajuste de Tabela e Excedente de Produção - Aguardando Definição Pelo Gestor (valor e forma de repasse)</b>   |                     |
|--|---------------------|
| (+) Vir. referente ao reajuste da Tabela/SUS e aumento de produção de MC específica do HU no período de set/07-ago/08, em análise pela AMS para proposta de ressarcimento. | <b>4.000.084,71</b> |

| <b>III - Faturamento Estimado - Em Processamento</b> |      |      |      |     |                     |                     |
|--|------|------|------|-----|---------------------|---------------------|
| SistemaS/Competências                                | Jul. | Ago. | Set. | Out | Nov.                | TOTAL               |
| (+) Alta Complexidade                                | -    | -    | -    | -   | 376.549,00          | <b>376.548,00</b>   |
| (+) FAEC   |      |      |      |     | 287.000,00          | <b>287.000,00</b>   |
| (+) Componente Fixo (desc. repasse Mat. Municipal)   | -    | -    | -    | -   | <b>1.535.589,27</b> | <b>1.535.689,27</b> |
| (+) Componente Variável                              | -    | -    | -    | -   | 190.372,95          | <b>190.372,95</b>   |
| <b>(=) TOTAL</b>                                     | -    | -    | -    | -   | <b>2.389.610,22</b> | <b>2.389.610,22</b> |

|                                   |                   |                   |                     |                     |                     |                      |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| <b>TOTAL GERAL (I + II + III)</b> | <b>162.910,87</b> | <b>645.212,08</b> | <b>2.449.268,53</b> | <b>2.363.262,59</b> | <b>2.389.610,22</b> | <b>12.010.349,00</b> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|



## REQUERIMENTO Nº 3764

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado no uso de suas atribuições regimentais, e deveres constitucionais, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Diretor-Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Sr. Jerson Kelman para que seja suspensa a alteração da Resolução ANEEL nº 395 de 04/12/08 (que estabelece os procedimentos para Autorização de Centrais Hidrelétricas até 30 MW). Tendo em vista a importância do tema esta Casa de Leis solicita a V. Exa. que suste qualquer decisão sobre o tema antes de uma maior discussão com a sociedade e seus organismos de articulação.

O Paraná é com certeza um dos estados com maiores áreas alagadas por usinas hidrelétricas no país, contribuindo há muitas décadas para o progresso da Federação à custa, muitas vezes, do deslocamento de grandes contingentes de sua população.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

**Projetos de Lei**

## PROJETO DE LEI Nº 536/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a rodovia que liga a cidade de Marilena ao Porto Maringá, no município de Marilena.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) LUIZ ACCORSI

## JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um percurso de cerca de 10km. O Porto Maringá apresenta notável e seguro desenvolvimento sócio-econômico, turístico-ambiental. Nele funcionam dois portos de extração de areia, conduzidos dentro dos parâmetros ditados pelo respeito à natureza. O Porto Maringá é elevado à categoria de distrito administrativo-judiciário de Ipanema e já abrigam população que ultrapassa a casa dos dois mil moradores, ocupantes de quatro condomínios residenciais. O encontro das águas do rio Paranapanema/SP com as do nosso rio Paraná, dentro de um cenário de magnífica beleza, atrai turistas de todos os cantos do estado e os empresários da região preocupam-se na edificação de estruturas para atender os visitantes.

O Governo do Estado do Paraná, acolhendo o projeto de lei ora apresentado, estará atendendo os justos pleitos dos Vereadores Edilson Sebastião Zanini, Elias Alves de Almeida, Domingos Gomes do Nascimento, José Leônicio de Almeida, Juarez Nunes da Silva, Luiz Maurílio Antuniazzi, Nilton Santo Balico, Wilson Capelossi e Carlos César de Carvalho, Presidente da Câmara daquele município e do próprio Prefeito, o Sr. José Aparecido da Silva.

## PROJETO DE LEI Nº 537/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Semana Cultural das Bandas e Fanfarras no estado do Paraná, a ser realizada anualmente, na última semana de novembro.

Parágrafo Único. O evento de que trata o *caput* deste artigo passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Os objetivos da Semana Cultural das Bandas e Fanfarras do Estado do Paraná são:

I - estimular a criação de bandas e fanfarras no estado;

II - mediante competições sadias, promover o intercâmbio entre os integrantes;

III - incentivar as corporações musicais e o aprimoramento de métodos e técnicas; e

IV - contribuir para o desenvolvimento do pensamento cívico, do espírito de corporação, da autodisciplina e do civismo, necessários a formação integral do cidadão.

Art. 3º Durante a semana Cultural da Bandas e Fanfarras do Estado do Paraná será realizado, dentre outros eventos, o Concurso de Bandas e Fanfarras do Estado do Paraná.

Art. 4º O Concurso de Bandas e Fanfarras do Estado do Paraná julgará as seguintes categorias:

I - categoria técnica da corporação musical, em:

a) banda de percussão;

b) banda de percussão com instrumentos melódicos simples;

c) fanfarra simples tradicional;

d) fanfarra simples marcial;

e) fanfarra com uma válvula;

f) banda marcial;

g) banda musical; e

h) banda sinfônica.

II - categoria etária da corporação musical, em:

a) infantil;

b) infanto-juvenil;

c) juvenil; e

d) sênior.

Parágrafo Único. Poderão participar do Concurso referido no *caput* deste artigo bandas e fanfarras de outros estados.

Art. 5º As atividades realizadas durante a Semana Cultural das Bandas e Fanfarras do Estado do Paraná ocorrerão em próprios destinados a essas atividades ou adequados ao seu desenvolvimento.

Art. 6º Para a realização da Semana Cultural das Bandas e Fanfarras do Estado do Paraná, o Poder Executivo estadual poderá estabelecer normas e critérios relativos aos seguintes temas, sem prejuízo a outros que se fizerem necessários:

- I - a formação da comissão organizadora;
- II - as condições para as inscrições; e
- III - as premiações.

Art. 7º A comissão organizadora de que trata o inciso I do artigo 6º desta lei coordenará os eventos culturais referentes à Semana Cultural de Bandas e Fanfarras de Estado do Paraná.

§ 1º A comissão organizadora será composta por representantes da Secretaria de Estado da Cultura com o apoio da Federação Paranaense de Fanfarras e Bandas.

§ 2º Poderão participar da comissão organizadora, artistas, críticos, profissionais e pessoas vinculadas a entidades com atuação na área.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A música é uma prática social, que institui instância privilegiada de socialização, onde é possível exercitar as capacidades de ouvir, compreender e respeitar o outro.

O presente projeto de lei visa a instituir a Semana Cultural das Bandas e Fanfarras, a qual passará a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, na intenção de unir esforços para a valorização do movimento artístico-cultural do nosso estado.

As ações culturais a serem realizadas no evento visam, por meio do intercâmbio com outros profissionais, ao aperfeiçoamento de instrumentistas e de regentes, bem como à formação de novos músicos que, assim, contribuirão no fortalecimento da cidadania por meio da música.

O evento que se busca oficializar por meio da presente proposição trará grande benefício, pois fortalecerá a integração da ordem sócio-econômica, permitindo o crescimento das crianças, dos adolescentes e adultos por meio da música, evitando possíveis desvios e ociosidades, principalmente de jovens proporcionando uma oportunidade de desenvolver e aprimorar a sensibilidade das pessoas, com relevante e importante crescimento cultural e valorização da auto-estima.

A Constituição Federal, no seu artigo 23, assim consagra:

*Art. 23. É competência comum da União, dos municípios, do Distrito Federal e dos estados:*

...

*V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e a ciência;*

...

Estudos e pesquisas mostram que a aprendizagem musical contribui para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, emocional e afetivo e principalmente, para a construção de valores pessoais e sociais de crianças e jovens.

A música também se constitui em campo específico de atuação profissional. Pelo seu potencial para desenvolver diferentes capacidades mentais, motoras, afetivas, sociais e culturais de crianças, jovens e adultos, a música se configura como veículo privilegiado para se alcançar muitas outras finalidades educacionais almejadas.

A música quando bem trabalhada desenvolve o raciocínio criatividade e outros dons e aptidões, por isso, deve-se aproveitar esta tão rica atividade.

## PROJETO DE LEI Nº 538/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Constituem o Patrimônio Cultural Imaterial do Paraná, os bens culturais de natureza imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade paranaense, estando classificados nas seguintes espécies:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar;
- III - os modos de fazer;
- IV - os modos de viver;
- V - as criações artísticas, científicas e tecnológicas;
- VI - os saberes e conhecimentos tradicionais.

§ 1º Consideram-se formas de expressão, para os efeitos desta lei, o resultado perceptível aos sentidos humanos que exterioriza, por meio de um suporte.

§ 2º Consideram-se modos de criar, para os efeitos desta lei, os processos que permitem a exteriorização da expressão do espírito humano, que resulte em um bem cultural infungível.

§ 3º Consideram-se modos de fazer, para os efeitos desta lei, os processos que permitem a exteriorização da expressão do espírito humano, que resulte em um bem cultural fungível.

§ 4º Consideram-se modos de viver, para os efeitos desta lei, os processos comportamentais, individuais ou coletivos que exteriorizam a expressão do espírito humano.

§ 5º Consideram-se criações artísticas, científicas e tecnológicas, para os efeitos desta lei, a expressão criadora do espírito humano do campo das artes, ciências e tecnologias.

§ 6º Consideram-se saberes e conhecimentos tradicionais, para os efeitos desta lei, os conhecimentos desenvolvidos em grupo específico e transmitido de geração para geração.

Art. 2º O Patrimônio Cultural Imaterial do Paraná, será acautelado pelo Poder Público, mediante os seguintes instrumentos:

- I - registro;
- II - pesquisa científica;
- III - narração;
- IV - garantia.

§ 1º Considera-se registro, para os efeitos desta lei, a descrição objetiva do bem cultural de natureza imaterial, sem qualquer emissão de juízo de valor, realizada por meio de documento escrito, fotográfico, fonográfico ou audiovisual.

§ 2º Considera-se pesquisa científica, para os efeitos desta lei, o processo inquiridor de fenômenos com o propósito de compreendê-los e explicá-los.

§ 3º Considera-se narração, para os efeitos desta lei, o ato de exposição escrita ou oral sobre um bem cultural de natureza imaterial, com emissão de juízo de valor por parte de expositor.

§ 4º Considera-se garantia, para os efeitos desta lei, todo e qualquer ato ou ação do Poder Público que vise proteger a livre expressão do exercício do bem cultural imaterial acautelado.

Art. 3º São partes legítimas para provocar à instauração do processo de acautelamento de bens culturais de natureza imaterial do Paraná:

- I - o Governador;
- II - os membros do Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Cultural do Paraná;
- III - os membros do Conselho Estadual de Políticas Culturais do Paraná;
- IV - os Administradores de museus instalados no Paraná pelo Poder Público;
- V - o Administrador da Biblioteca Pública Estadual do Paraná;
- VI - o Administrador do Arquivo Público Estadual;
- VII - entidades da sociedade civil; ou
- VIII - qualquer cidadão.

Art. 4º O registro será instrumento utilizado para o acautelamento dos bens culturais de natureza imaterial do Paraná, classificados como modos de fazer, modos de criar e as criações artísticas, científicas e tecnológicas, mediante:

- I - inscrição nos respectivos Livros de Registro:
  - a) Livro de Registro dos Modos de Fazer;
  - b) Livro de Registro dos Modos de Criar;
  - c) Livro de Registro das Criações Artísticas, Científicas e Tecnológicas.
- II - registro fotográfico específico por cada bem acautelado, se for o caso;
- III - registro fonográfico específico por cada bem acautelado, se for o caso;
- IV - registro audiovisual específico por cada bem acautelado, se for o caso.

Art. 5º A Pesquisa Científica será instrumento utilizado para o acautelamento dos bens culturais de natureza imaterial do Paraná, classificados como Formas de Expressão, Modos de Viver e Saberes e Conhecimentos Tradicionais, mediante:

I - guarda das pesquisas científicas realizadas e disponibilizadas por autor, para cada bem acautelado;

II - fomento, pelo Poder Público e sociedade, à realização de pesquisas científicas para cada bem acautelado.

Parágrafo Único. A pessoa física ou jurídica que disponibilizar sua pesquisa científica, para o acautelamento de bem cultural de natureza imaterial do Paraná, receberá do Chefe do Executivo o título de "Pesquisador da Cultura Imaterial do Paraná".

Art. 6º A narração, será instrumento utilizado para o acautelamento dos bens culturais de natureza imaterial do Paraná, classificados como Formas de Expressão, Modos de Viver e Saberes e Conhecimentos Tradicionais, mediante a guarda, por cada bem acautelado, de toda e qualquer narração realizada e disponibilizada pelo autor.

Art. 7º A garantia, será aplicada a todas as espécies de bens culturais imateriais que estejam sob ameaça de sua livre expressão por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.

Art. 8º O processo administrativo para o acautelamento do Patrimônio Cultural Imaterial do Paraná, bem como a responsabilidade pela guarda dos Livros de Registro e conjuntos documentais determinados nesta lei, será da Secretaria de Estado da Cultura ou instituição responsável pelo acautelamento, no âmbito estadual, do Patrimônio Cultural do Paraná.

Art. 9º O processo de acautelamento dos bens culturais de natureza imaterial do Paraná, terá início pela apresentação de requerimento circunstanciado ao órgão estadual competente, a ser designado pelo Poder Executivo, que o remeterá, ao Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Cultural do Paraná, para elaboração, no prazo de 60 (sessenta) dias, de parecer sobre o acautelamento ou não do bem cultural de natureza imaterial requerido.

Parágrafo Único. O processo de acautelamento dos bens culturais de natureza imaterial, classificados como Formas de Expressão, Modos de Viver e Saberes e Conhecimentos Tradicionais deverão ser acompanhados de Pesquisa Científica e/ou Narração disponibilizada por autor.

Art. 10. O Chefe do Poder Executivo Estadual, tendo como base o parecer favorável do Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Cultural do Paraná, determinará, mediante decreto, o acautelamento do bem cultural de natureza imaterial, e o respectivo instrumento de acautelamento.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

No Brasil, durante muito tempo, manteve-se um conceito restrito e tradicional de Patrimônio Histórico e Cultural relacionado à prática da preservação de monumentos. O direito público brasileiro data da independência com o ato de criação do Arquivo Nacional que teve como finalidade principal, a legitimação do estado e a construção da identidade cultural nacional.

Tal situação criou a idéia de que as políticas relacionadas ao patrimônio cultural eram elitistas, uma vez que os critérios terminavam por privilegiar os grupos sociais identificados com as classes dominantes.

A idéia no país de que o patrimônio cultural não se resume às edificações arquitetônicas e obras de arte, remonta a figura de Mário de Andrade, que foi o pioneiro do registro dos aspectos imateriais do patrimônio cultural brasileiro. O anteprojeto que o poeta modernista elaborou para o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1936, apesar de revolucionário, não chegou a ser codificado em termos legais (Andrade, 1981). Contudo, durante o Estado Novo, Getúlio Vargas assina em 1937 o Decreto-Lei nº 25, no qual o artigo 1º declara que:

Constitui Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico e etnográfico, bibliográfico e artístico.

Assim, foi reconhecido o direito de toda pessoa a participar da vida cultural do seu país e a gozar dos benefícios do progresso científico e de suas aplicações, recomendando-se ao estado medidas necessárias à conservação, ao desenvolvimento e à difusão de ciência e da cultura.

A Constituição Brasileira de 1988, promulgada pelo então Presidente José Sarney, além de oficializar a responsabilidade do estado, em seu artigo 216, considera como patrimônio cultural: [...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A principal contribuição da Constituição de 1988 foi a ampliação do conceito de patrimônio, pois incluiu os bens de natureza referentes “[...] à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Sem dúvida, ao lado dessa evolução histórico-jurídica da proteção dos documentos de arquivo e do conceito de patrimônio cultural, aparece, também, a luta da sociedade folclorista, dos movimentos negros e indígenas, de descendentes de imigrantes de várias procedências, entre outros.

O resultado dessa caminhada é o Decreto nº 3551/00, assinado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro.

Essa nova concepção de patrimônio cultural amplia significativamente o leque de saberes e de instituições envolvidas com a gestão e, promoção desse patrimônio, ou seja, a ampliação do conceito de cidadania, implicando no reconhecimento dos direitos culturais de diferentes grupos que compõem uma sociedade, entre eles o direito à memória, ao acesso à cultura e à liberdade de criar, como também reconhecimento de que produzir e consumir cultura são fatores fundamentais para o desenvolvimento da personalidade e da sociabilidade, veio contribuir para que o enfoque da questão do patrimônio cultural fosse ampliado para além da questão do que é nacional, beneficiando-se do aporte de compor com a Antropologia, a Sociologia, a Estética e a História.

Dessa forma, estabelece-se o direito indissociável entre os documentos de arquivo e o direito à cultura, reconhecendo o direito de todos a participarem da vida cultural. Além disso, a Constituição de 1988 passa a considerar crime contra o patrimônio a destruição ou deterioração causada aos arquivos. Nesse sentido, destaca-se que, de uma forma geral, o direito à cultura surge da necessidade de proteger as minorias sociais da discriminação da “apartheid” cultural que persiste na sociedade brasileira em pleno século XXI.

A UNESCO define como Patrimônio Cultural Imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Ressalto aqui aos nobres Pares deste Legislativo pela importante relevância de inclusão da matéria aqui proposta, espero e conto com o apoio total desta Casa de Leis para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 539/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual à Associação Comercial, Industrial, Agropecuária, de Profissionais Liberais e de Pessoas Físicas Dedicadas à Atividade Empresarial de Nova Esperança e Região - ACINE, com sede e foro no município de Nova Esperança no estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A ACINE e seus objetivos:

- congregar, defender e representar os interesses da livre iniciativa, empenhando-se no fortalecimento da classe representada;
- assistir aos associados em todos os seus interesses comuns, a fim de lhes possibilitar maior proteção e valorização técnica de seus produtos e serviços;
- promover o desenvolvimento econômico e social do município, da região, do estado e do país;
- colaborar com os órgãos do Governo na elaboração, implantação, proteção e execução de programas relacionados com o desenvolvimento econômico e tecnológico de Nova Esperança e região;
- organizar conferências e palestras sobre assuntos de interesse dos associados, da comunidade e da região;
- promover a defesa dos legítimos interesses das classes produtoras em geral e, em particular, de seus associados;
- promover a divulgação da função social das organizações empresariais e de sua missão de relevante interesse comunitário;
- promover a identificação, o estudo e encaminhamento de assuntos que conduzam ao aprimoramento e expansão da atividade empresarial nacional;
- desenvolver o intercâmbio com entidades classistas congêneres no estado, no país e no exterior;
- cooperar com os Poderes Públicos no que se relaciona à política econômica e aos interesses da atividade empresarial;
- estimular a formação de entidade congêneres, em todos os municípios da região;
- representar seus associados, judicial e extrajudicialmente, utilizando-se dos institutos processuais e constitucionais assegurados, inclusive mandado de segurança coletivo independentemente de convocação de Assembléia Geral;
- organizar, manter e quando necessário, criar órgãos técnicos, departamentos e núcleos setoriais de serviços para uso de seus associados.

PROJETO DE LEI Nº 540/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigado a instalação de câmeras de segurança interna e nas imediações nas escolas da rede pública do estado do Paraná.

Parágrafo Único. Cada escola deverá manter em funcionamento no mínimo duas câmeras para cobertura interna e externa em cada local de entrada e saída e/ou de passagem externa obrigatória.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/12/08.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto que visa a instalação de câmeras de segurança interna e nas imediações nas escolas da rede pública do estado do Paraná.

A medida irá proporcionar uma melhoria na segurança de todos que participam da vida escolar do nosso estado, corpo docente e discente, procurando identificar os problemas que causam tanto prejuízo a um setor tão importante para a vida da comunidade.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente propositura.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Jocelito Canto.

***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero saudar nossa Deputada Cleusa, que não está presente, mas deve estar daqui a pouco, em seguida, para que possamos saudá-la. Mas, amanhã é um dia muito importante e estaremos aqui prestando uma homenagem a estes grandes lutadores da nossa Polícia, da nossa Defesa Civil, que estiveram em Santa Catarina. Amanhã será um dia muito importante, onde estaremos prestando esta homenagem aos homens do Paraná que estiveram acompanhando aquele momento difícil, lá em Santa Catarina. Amanhã, às 14h, uma Sessão Especial em homenagem a essas pessoas especiais, que trabalharam com tanto carinho durante aquele momento difícil que viveu Santa Catarina.

Por outro lado, durante a votação de hoje, temos um pedido de informações nosso que possivelmente, se não der hoje, será protocolado amanhã, queremos levantar algumas coisas sobre o DETRAN. Existe um grande número de pessoas que acaba não conseguindo passar,

muitas vezes, nos testes do DETRAN e precisam fazer três ou quatro vezes a prova. Vai, volta, paga taxa. Vou fazer um pedido de informações no dia amanhã para saber qual a porcentagem dessas pessoas. Muitas vezes essas pessoas acabam não passando no teste de vista e pagam mais caro. E alguma coisa está errada, porque a pessoa, ao fazer o teste para ser motorista, esta etapa que envolve a questão da visibilidade da pessoa, é uma etapa complicada, que deveria primeiro se fazer outros testes, para evitar que a pessoa pague, e às vezes a pessoa guia bem, mas tem um problema de visão e acaba gastando e lá na frente acaba descobrindo que não poderia ter a carteira.

Então, temos algumas dúvidas, e para isto, no dia de amanhã, vamos buscar algumas informações aqui no DETRAN para saber mais algumas informações sobre estes casos.

E também outra informação é referente a esta terceirização que a COPEL e SANEPAR fazem sobre a questão que envolve aquelas pessoas que trabalham fazendo a leitura dos relógios. Eu não sabia, mas isto é tudo terceirizado. Eu achei que era algo da empresa, mas ao que tudo indica é tudo terceirizado. E estou curioso para saber quanto ganham estas empresas. Porque estive conversando com uma pessoa que trabalha, ela ganha tanto e o patrão dela ganha o dobro. Eu estou bem curioso para saber o quanto ganha um funcionário terceirizado, que vai lá fazer a leitura da água, da luz, quem vai lá auferir o medidor. E aí, ele é contratado. Eu queria saber quanto ele ganha, quanto ganha a empresa e de que forma foi feito este processo de licitação, se é que existe um processo de licitação, que essas empresas contratam terceirizados que são prestadores de serviços.

Fiquei um pouco curioso, porque fui procurado por um jovem que trabalha para uma empresa e ele queria saber quanto é que a empresa recebe por ele, para ver qual é o lucro que existe nisso. Fiquei curioso e agora vou fazer um requerimento e espero que nosso Líder, Deputado Romanelli, não se ofenda com esse requerimento, porque queremos exatamente saber quanto a COPEL e a SANEPAR pagam para cada um dos trabalhadores que vão lá fazer anotações no que se refere à questão de luz e água. É um dado que me deixa curioso, e como fui procurado por alguém, vamos buscar esses dados.

Então, é isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados. É esse o recado. E queria saudar o nosso Prefeito de Imbituva, o Celsinho, assim como os demais companheiros e todo o pessoal de Imbituva.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

## ***Deputada Luciana Rafagnin (PT)***

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Hoje pela manhã estive participando da reunião do CONSEA, representando a Frente Parlamentar da

Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Paraná. Essa reunião foi para relatar um pouco os trabalhos da Frente durante este ano, o que foi muito importante, porque também teve a presença de Dom Mauro Morelli, que estava discutindo qual o compromisso ou como vamos trabalhar com os municípios do estado do Paraná, para que os municípios possam ter essa discussão do que é realmente a segurança alimentar e nutricional. Tivemos a presença do Deputado Cheida, que também faz parte da Frente Parlamentar, que é composta pela Deputada Rosane, pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, Deputado Péricles de Mello e é importante o debate que vem sendo feito agora, porque desde que criamos a Frente, em abril de 2007, já conseguimos ter um bom resultado, que é a criação da Lei de Política Estadual da Segurança Alimentar e Nutricional no estado do Paraná. O resultado dessa lei faz com que o estado se dedique um pouco mais e dê uma atenção maior. Estamos discutindo inclusive para que no orçamento tenhamos uma rubrica só para a questão da segurança alimentar no nosso estado.

Então, o debate que aconteceu lá foi importante, assim também como o debate que antecedeu as eleições, onde foi encaminhada uma carta compromisso para todos os candidatos a Prefeito, sendo que muitos Prefeitos responderam essa carta e muitos foram eleitos. Acredito que a Frente tem contribuído e bastante com o Conselho de Segurança Alimentar do Estado do Paraná. Acredito que dá para fazermos um trabalho ainda maior. E amanhã, às 11h, na 2ª Secretaria, teremos mais uma reunião do CONSEA com a Frente Parlamentar, para fazer esse relato com todos os Parlamentares e com o Conselho de Segurança do Paraná, sobre os avanços que tivemos e com o Conselho de Segurança do Paraná, sobre os avanços que tivemos durante este ano.

Um outro assunto que me traz à tribuna é com relação à região sudoeste, onde, na semana passada, tivemos uma resposta do IPARDES, na verdade uma resposta por parte da Secretaria do Planejamento do Estado do Paraná àquilo que se reivindicada há muito tempo, que é que a região sudoeste fosse realmente composta pelos 42 municípios e não 37 municípios, como havia acontecido em um desmembramento desses municípios.

Segundo o IBGE, o município de Honório Serpa, de Clevelândia, de Palmas, de Coronel Domingos Soares e Mangueirinha não estariam pertencendo ao sudoeste do Paraná e houve uma mobilização das organizações do sudoeste e também das forças políticas, sendo que aqui nesta Casa inclusive o Deputado Nereu Moura apresentou um projeto, que estivemos apoiando bastante, para que se unificasse novamente esses municípios da região sudoeste, porque eles têm uma história com o sudoeste. E na semana passada, então, tivemos essa resposta positiva de que esses municípios voltam a pertencer ao sudoeste do Paraná. Então, o sudoeste continua com os 42 municípios. Podemos dizer que é uma conquista importante para o sudoeste. Foi um empenho dos Deputados desta Casa, da Associação Comercial, enfim das organizações sociais do sudoeste.

No dia de hoje me chamou a atenção uma matéria da jornalista Roseli Abrão, que sempre acompanha as Sessões aqui, comentava sobre uma crise no PT e no PMDB. E vem com relação ao projeto do ICMS que está para ser votado nesta Casa.

No dia de ontem o Deputado Dobrandino solicitou ao nosso Líder Péricles de Mello o porquê de quatro Deputados do PT estarem indecisos para votar esse projeto. Na verdade estamos debatendo junto com a direção do PT e vamos tomar uma decisão juntos. Nessa reportagem o Deputado Dobrandino colocou que, se o partido votar contra, deveria pedir demissão dos cargos que temos no Governo.

Gostaria de dizer que o debate faz parte da nossa vida como políticos. E temos o direito de discutir os projetos, de questionar, porque senão estaremos aqui dizendo sim sem saber se o projeto é bom ou ruim. Não estou dizendo aqui que o projeto é ruim. A intenção do Governador é boa.

Quero citar um exemplo como o Governo Lula vem respeitando a sua bancada e a bancada que dá sustentação ao Governo. Quando teve a votação da CPMF, que era muito importante para o Governo Federal, tivemos inúmeros Deputados da base do Governo que votaram contra a continuidade da CPMF. No entanto, o Presidente Lula não ameaçou ninguém, não tirou ninguém do Governo que faz parte da base aliada.

Temos que ter o debate nesta Casa e a decisão do voto vem na sequência. O debate precisa acontecer. Temos esse direito sem sermos ameaçados de ficar ou não no Governo. Ficar ou não no Governo é um debate que tem que acontecer com o Governador Roberto Requião.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comitê de imprensa, visitantes e telespectadores que nos acompanham pela TV SINAL.

Ontem tivemos algo fantástico nesta Casa: a presença de 53 Deputado. Só faltou um, porque chegou mais tarde de viagem.

Tenho a impressão que alguns colegas cansaram, trabalharam bastante ontem, porque hoje, infelizmente, por enquanto o plenário ainda tem o registro de poucos Parlamentares. Pode ser o excesso de trabalho de alguns no dia de ontem.

Recebemos um e-mail. É importante esse contato do público com o legislador por meio da internet. Há quem afirme, segundo os marqueteiros, que um dos pontos mais altos a vitória de Barack Obama, como novo Presidente dos Estados Unidos, foi o uso com inteligência da internet e, evidentemente, por meio de uma equipe muito bem

montada, interagindo com o público eleitor americano. Então, segundo os marqueteiros, a internet teve um papel importante na eleição do Barack Obama. No nosso caso aqui, é uma contribuição que considero valiosa.

A Dona Maria Ângela Geraldo manda um e-mail dizendo o seguinte: “Deputado Antonio Belinati, boa-tarde!” Boa-tarde, Dona Maria Ângela Geraldo! “Sou professora em Londrina e, ontem à noite, um aluno roubou minha bolsa com tudo que havia dentro, todos os documentos, talão de cheque cartão de crédito, etc.” Imagina, quando você tem seus documentos roubados, para tirar uma segunda via é uma maratona, é uma mão-de-obra terrível. Diz aqui Dona Maria Ângela Geraldo: “Fui atendida pela Patrulha Escolar, que me orientou a fazer o BO”. Para quem não sabe, BO é o Boletim de Ocorrência na Polícia. “E comentaram que, como fui roubada, não precisaria mais pagar taxa alguma para tirar a segunda via dos documentos. Hoje pela manhã, com o BO, em mãos, comecei minha romaria e, para espanto meu,...” Dona Maria, a senhora não é a primeira a ter esse espanto não. Com o BO, em mãos, ela foi atrás da isenção, orientada pela própria Patrulha Escolar, de que há uma lei que diz que não precisa pagar para tirar segunda via dos documentos, quando somos roubados. “E, para espanto meu, quando dizia e mostrava o BO, nenhum atendente do DETRAN, do Instituto de Identificação e de outros órgãos públicos estaduais conhecia tal lei e afirmava que eu deveria pagar, como todos os outros.” Quer dizer, ela foi roubada, mas, como todos os outros cidadãos, para tirar a segunda via, ela teria que pagar. Era a informação que ela recebia de funcionários do DETRAN e, também, do Instituto de Identificação. Como não tinha conhecimento, quer dizer, ela não tinha certeza...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem um minuto ou vai usar o horário do seu partido? V. Exa. tem 10 minutos no horário do PP.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

O SR. ANTONIO BELINATI

Como não tinha conhecimento, quer dizer, ela não sabia se de fato tinha ou não tinha essa lei, ela voltou para casa para pesquisar via internet se existia tal lei ou não. Diz aqui a cidadã paranaense: “E para espanto meu, a lei existe.” Quer dizer, tem a lei. Segundo ela, a pessoa que é roubada pode requerer a segunda via do documento totalmente de graça.

“Gostaria, por meio deste e-mail, de denunciar o que está ocorrendo nos órgãos públicos aqui do Paraná, e que V. Exa., se possível, tomasse providências, como Deputado, para orientar e exigir o cumprimento da lei”. E ela nesta carta - porque se esta Assembléia é que faz a lei, cabe evidentemente, está corretíssima a Dona Maria Ângela, a nós a fiscalização do cumprimento de uma lei feita para favorecer a vítima de roubo de documento, aqui, no Paraná.

“Acho que devemos dar um basta ao não-cumprimento e, pior, à falta de respeito dos funcionários desses órgãos conosco, cidadãos, que somos lesados o tempo inteiro. Se eu que tenho um pouco mais de informação fui lesada, imagine aqueles coitadinhos, mas que são eleitores também e que têm o mesmo peso que um cidadão esclarecido”.

Aí, a Dona Maria Ângela Geraldo agradece a atenção e aguarda a resposta. Muito obrigado, Maria Ângela.

Maria Ângela, nós já debatemos isso, tem um projeto, inclusive, do Deputado Mauro Moraes, que trata de beneficiar o cidadão que teve os documentos roubados, tendo o direito de tirar segunda via sem ter que pagar taxa, ou no DETRAN, ou no Instituto de Identificação. Nós verificamos, existe uma lei estadual que dá essa isenção, é a Lei nº 13455, de 11/01/02. Isso já é lei. Só que, Dona Maria Ângela, infelizmente essa lei foi feita pela metade, porque ela só beneficia idosos. Bom, dependendo da idade do idoso, ele não pode nem mais ter Carteira de Habilitação. Então, seria quase uma incoerência, Deputado Reni, o senhor que é um estudioso, Deputado Douglas Fabrício, a lei beneficia, com a isenção para tirar uma segunda via no DETRAN, o idoso. Mas, volto a repetir, dependendo da idade, o idoso vai ser declarado inapto para dirigir, por força da idade.

Então, na nossa ótica, esse novo projeto que está tramitando é amplo, é geral, e está correto. E vamos apoiar esse outro projeto, em tramitação ainda, virá para a discussão neste Plenário, porque acho que independente de idade, independente de saber se a pessoa é rica, remediada ou pobre, teve o documento roubado, cabe ao estado que não garantiu a segurança do cidadão fornecer segunda via inteiramente de graça e ainda pedir desculpas, como também defendendo uma coisa, até muito mais lá na frente, que até o carro roubado o estado deveria dar um outro carro para o cidadão, deveria.

Pode parecer um absurdo, mas há determinados países de Primeiro Mundo, e o nosso Brasil caminha para se consolidar também como Primeiro Mundo, mas em alguns setores somos Segundo ou Terceiro Mundo, e nesse caso deveríamos copiar o Primeiro Mundo. No Primeiro Mundo, a autoridade não garantiu a segurança de um cidadão e ele tem o seu veículo roubado, não é só o documento que o estado dá a segunda via de graça, não, o estado indeniza a vítima. E aqui estamos vendo, Deputado Jocelito, que se não for idade, a pessoa vai ter que pagar, vai ter que enfrentar fila, vai ter que sofrer humilhação. Teve o seu documento roubado, porque o estado, a quem compete dar a segurança que todo cidadão paranaense tem direito, não cumpre 100% com o seu papel, com a sua obrigação. Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Para engrandecer o vosso pronunciamento, V. Exa. falou da responsabilidade do estado, do município e do Governo Federal. Quando Prefeito me surpreendeu um pedido na Prefeitura. No Governo anterior - depois

sucedi o Prefeito - o cidadão que tinha comprado um carro, novo, zerinho, andando em uma avenida em Ponta Grossa encontrou um buraco, quebrando o seu carro. Ele contratou um advogado e entrou com uma ação contra a Prefeitura. Ela teve que pagar a indenização do prejuízo que o cidadão teve. O que V. Exa. está falando em relação à responsabilidade, não é nenhuma falácia, porque já aconteceu.

Obrigado.

#### **O SR. ANTONIO BELINATI (PP)**

Muito obrigado, Deputado Jocelito, sempre atuante e combativo.

Nosso companheiro de gabinete sabiamente levantou os arquivos, aqui. A lei que assegura o fornecimento da segunda via de graça, do documento quando for roubado, é a nº 13455. Clareando bem a nossa cidadã paranaense, Maria Ângela Geraldo, aqui diz artigo 1º: “A pessoa idosa cujos documentos tenham sido roubados ou furtados, fica isenta do pagamento de taxa para confecção da segunda via. Considera-se idosa para efeito desta lei, a pessoa com mais de 65 anos.” Conheço pessoas que têm 65 anos e se forem chamadas de velhas e idosas vão dar uma bronca. Por que beneficiar apenas quem têm mais de 65 anos, que teve o documento roubado? É justo. Já que o problema de segurança é de total responsabilidade do estado, cabe ao estado fornecer, sim, a segunda via, sem burocracia a todo cidadão e a toda cidadã que tiver o RG, o documento do seu carro roubado, cabe ao estado o fornecimento. Volto a repetir que deveria ser mais amplo, que ao pé da letra, até uma residência, é uma empresa comercial ou uma propriedade agrícola, se ela for roubada e a pessoa tiver um advogado competente, ele vai travar uma boa demanda no Poder Judiciário e a vítima, ao final, será indenizada. Muitas vezes a demanda é tão demorada, pelo excesso de ações no Poder Judiciário, que o cidadão começa garoto ainda com a ação, morre de velho e muitas vezes a ação ainda não terminou. E se houver pagamento de indenização vai acabar contemplando, ou filhos, ou herdeiros, pela demora, pela consequência natural do excesso de ações que o Poder Judiciário tem que julgar.

Portanto, Sr. Presidente, nosso respeito à cidadã Maria Ângela Geraldo que pede - é um direito dela - que esta Casa fiscalize o cumprimento dessa e de tantas outras leis. No caso da lei da segunda via do documento - não sei da idade da nossa cidadã, vamos apresentar uma emenda nesta Casa, ainda neste ano, estendendo esse benefício para todos os cidadãos do Paraná, independente se é rico, remediado ou pobre, se é jovem, de meia-idade ou idoso.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Obrigado, Deputado Antonio Belinati.

Concedo a palavra ao Deputado Douglas Fabrício, que fará uso do horário do Pequeno Expediente e também do bloco, por 15 minutos.



## ***Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Deputado Augustinho Zucchi, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Vou usar o tempo hoje para falar um pouco com os Srs. Deputados e falar da nossa preocupação sobre esse projeto que foi aprovado agora na CCJ.

Deputado Cheida, passou hoje na CCJ o projeto de aumento do imposto do Governo. E que também reduz imposto. Amanhã provavelmente ele será colocado na pauta aqui da Casa, para que todos os Deputados comecem a discutir sobre esse projeto.

Já falei outras vezes, mas hoje gostaria de falar um pouquinho o que tenho sentido conversando não só com técnicos, mas também com a população de maneira geral. Visitei inclusive o SEBRAE para ouvir opinião técnica e ouvi a opinião dos pequenos empreendedores, pessoas que têm sonhos, o que elas pensam sobre o aumento de imposto. Conversando com as pessoas nas ruas, que agora a mídia começou a dar mais ênfase a esse projeto e o povo está começando a se manifestar.

Então, o que estamos percebendo: primeiro vou falar aqui que o Governo vai baixar imposto de 95 mil itens e cita vários deles. Natural que o Governo vai reduzir ICMS de um determinado produto de 18 para 12%, mas isso só vai acontecer, de fato, e está no próprio projeto numa anotação, só vai acontecer de fato se o preço do produto final tiver esse desconto. Se o preço do produto final não tiver desconto, aí a redução de imposto não foi para o povo, como o Governador fala que quer que vá para o povo.

No ano passado tivemos aqui a discussão sobre o “tarifaço” que o Governo queria fazer. Ele queria aumentar a arrecadação. Mas, os Deputados se manifestaram e com essa manifestação percebeu-se que o Governo perderia na votação. Por isso ele retirou o projeto de aumento do imposto aqui. Mas, este ano ele mandou de volta, só que mais florido, com a idéia que vai baixar o imposto em alguns produtos e vai aumentar em outros para compensar.

Pois bem, lá no Governo Federal também se tem uma discussão de reforma tributária. Adiou-se para o ano que vem, Justamente por causa do momento que estamos vivendo, momento de crise, momento de turbulência, as empresas estão começando a demitir e o povo está sendo mandado embora. E ainda vamos falar mais em aumento de imposto? Lá no Congresso Nacional adiou-se a reforma tributária para o ano que vem.

Lá no Senado no ano passado extinguiu-se a CPMF. Vocês lembram? Pois é. Não se paga mais CPMF, o imposto do cheque. Só que por outro lado, Deputado Jocelito Canto, V. Exa. ouviu dizer de algum produto que foi comprar, em algum mercado, e a pessoa falou: “Olha, esse produto agora está mais barato, porque não se paga mais CPMF”. Teve alguém que baixou o preço? Confesso que não ouvi ninguém até agora.

Imaginemos que possa ocorrer isso também com esse projeto do Governo que está baixando impostos de alguns produtos e aumentando em outros. O aumento de imposto, concordo que deva baixar o imposto. Que o Governo poderia muito bem reduzir impostos, como ele diz aqui, na ordem de R\$ 412 milhões, e por outro lado compensar essa diminuição de arrecadação com corte nos seus gastos. Ele próprio poderia cortar gastos com telefone, com energia elétrica. com “n” ações que poderia tomar dentro do Governo, redução de cargos comissionados inclusive. Poderia fazer com que esses 412 milhões fossem reduzidos na sua gestão, ou seja, diminuindo os custos.

Não é comum no final de ano as Prefeituras diminuir o atendimento. Às vezes, eles colocam só os setores essenciais para poder reduzir custos? Não é isso, Deputados que já foram Prefeitos. Tem três ali; Dobrandino da Silva, que foi Prefeito de Foz do Iguaçu; Deputado Antonio Belinati, que foi Prefeito de Londrina e o Deputado Cheida também foi Prefeito de Londrina. Não é comum, no final do ano, os Prefeitos reduzirem, darem uma enxugada nos custos para poder sobrar mais dinheiro nas Prefeituras ou para poder conseguir fazer com que a gestão fique mais eficiente. É comum isso nas Prefeituras.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN***

Por que o Governo não faz assim então, ao invés de aumentar imposto na energia elétrica, ao invés de aumentar no telefone, na gasolina, está marcando aqui, a energia elétrica vai subir, o telefone vai subir, a gasolina vai subir, fumo e cigarro também, mas fumo e cigarro pode subir. Por que não aumenta mais então no fumo e no cigarro? Vai fazer com que as pequenas empresas, vai fazer com que o povo do Paraná tenha mais dificuldade até com relação à questão de emprego.

Esse projeto o Governador deveria parar e pensar, a sua assessoria, as pessoas que estão ao lado do Governador, até os Deputados da base poderiam pensar: “Mas é o momento de aumentar imposto?” Não é o momento. Por isso nossa discussão.

E deixar clara aqui a nossa posição. Neste projeto, como está, concordamos com a redução do imposto e sugerimos ao Governo que ao invés de aumentar imposto em outros produtos para compensar, que reduza gastos, porque vamos apresentar uma emenda a esse projeto, que será discutido provavelmente amanhã, e a nossa emenda, a nossa justificativa, que eu quero já ler, porque amanhã eu sei que vários outros Deputados irão se manifestar sobre esse projeto, por isso estou tomando a iniciativa hoje.

(Lê):

“As constantes Audiências Públicas realizadas para a discussão sobre a proposta da chamada minirreforma tributária no estado do Paraná, que dispõe sobre o

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências, mostrou-nos que os impactos sobre cada setor da economia mostram-se danosos de maneira geral.

No entanto a minirreforma proposta pelo Governo do Estado à Assembléia Legislativa pretende reduzir a alíquota do ICMS de 95 mil produtos, o que por si só representa um excelente estímulo ao desenvolvimento e benefício imediato aos milhares de paranaenses atingidos. No entanto, o mesmo projeto contempla um aumentar sobre cinco itens: energia, telefonia, combustível, bebidas alcoólicas e fumo.

Percebe-se que a reformulação favorece alguns setores, mas penaliza segmentos produtivos do estado. Somos favoráveis a reduzir o ICMS para todos esse produtos que estão no projeto, mas não se pode penalizar de forma reflexa (buscando compensação) itens que, sem sombra de dúvidas, impactarão em toda a economia do estado.

Mostra-se injustificável a majoração dos principais itens integrantes dos insumos industriais e comerciais - gasolina, energia elétrica e comunicação. O Governo afirma que o projeto de reforma tributária busca favorecer quem recebe até seis salários-mínimos por mês com a redução da alíquota de ICMS de diversos produtos. Mas para isso é preciso fazer um remanejamento na cobrança. Sob a alegação de que o estado não pode fazer renúncia fiscal, busca-se encontrar uma maneira para suportar a redução dos demais itens. Em momento algum, no entanto, o Governo cogita a redução de seus gastos com a máquina pública, ou mesmo a aplicação de um "choque de gestão". Prefere propor o aumento na alíquota de insumos, como energia elétrica, combustível e telefonia.

A proposta de emenda que ora se apresenta visa o equilíbrio desta fórmula de arrecadação, rejeitando fortemente o aumento de impostos sobre insumos, aceitando-se apenas a majoração sobre determinados itens como as bebidas alcoólicas, fumo e cigarros e sobre os que, estranhamente, permaneceram inalterados da lei original, como as armas, munições e suas partes e acessórios, balões e dirigíveis, planadores, asas voadoras e outros veículos aéreos, não concebidos para propulsão com motor, embarcações de esporte e de recreio, peleteria e suas obras e peleteria artificial, perfumes e cosméticos.

Pelo projeto original no setor de comunicação, a alíquota passaria de 27% para 29%. O imposto sobre a gasolina subiria de 26% para 28%. A energia teria aumento de 27% para 29%. Os fumos, de 27% para 29%, e sobre a cerveja, o ICMS passaria de 27% para 29%.

Indiscutível o valor meritório da redução de alíquotas sobre os 95 mil itens, mas em épocas de crise, com a atual, a preocupação dos empresários é que os produtos que terão aumento no tributo irão interferir praticamente da mesma maneira no custo das empresas refletindo, por óbvio, no bolso do consumidor.

Análises técnicas demonstram que se a energia, os transportes e os serviços de comunicação ficam mais caros, tudo o que é produzido no Paraná também fica mais caro, prejudicando a competição com produtos de outros estados, ameaçando nossos empregos e nossas empresas.

Importante destacar que isso acontece justamente quando o Governo Federal e os Governadores de São Paulo e de Minas Gerais fazem caminho inverso: adotam medidas para ampliar os prazos de pagamento dos impostos e proteger suas empresas e empregados diante dos riscos da crise econômica internacional.

Nestas condições, Sr. Relator, apresento a presente emenda modificativa para a vossa apreciação e acatamento, encaminhada pela normal tramitação da proposta agregada à emenda examinada até decisão do Plenário maior desta Casa de Leis.

Curitiba, em 08/12/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO  
Deputado Estadual"

Vamos apresentar essa alteração de que o Governo, se ele quiser reduzir, e pode fazer isso, porque a arrecadação vem aumentando, ele ao invés de aumentar imposto na energia elétrica, a telecomunicação, na gasolina, ele que não aumente, ele que passe a reduzir custos dos seus gastos. Pode reduzir o consumo de energia elétrica. Quanto será que o Governo gasta de energia elétrica? Quanto que o Governo gasta de telefone? Não tenho esses números. Precisamos fazer um requerimento para poder saber. Aí vai demorar 30 dias. Então o Governo já tem esses dados, ele poderia não aumentar nenhum imposto, só reduzir os custos. Estamos falando, aqui, de 3% do orçamento. Será que se o Governo der uma ajustada na máquina, ele não consegue ter uma redução de gastos em 3% do orçamento? Acredito que consegue e com isso ele ajudaria muito o povo do Paraná.

Tenho aqui um documento sobre o recolhimento do ICMS por setores da economia. Esse balanço está corrigido até 31 de outubro.

(Lê):

**"RECOLHIMENTO DO ICMS POR SETORES DA ECONOMIA VALORES DE BALANÇO CORRIGIDOS PELO IGP-M ATÉ 31/10/08**

#### **Indústria**

*Os valores recolhidos pela indústria entre 2003 e 2004, a título de ICMS, cresceram 0,32%; entre 2004 e 2005, o crescimento foi de 3,04%. Já entre 2005 e 2006, cresceu 7,19%. Entre 2006 e 2007, atingiu 13,77%. Como pode-se observar, o percentual de crescimento mantém uma trajetória para cima, partindo de 0,32% entre 2003/2004 para 13,77% no último período.*

#### **Energia**

*Valores recolhidos a título de ICMS no setor de energia entre 2003 e 2004: 21,73%; entre 2004 e 2005, o crescimento foi de 19,90% ligeiramente abaixo do período anterior; entre 2005 e 2006 despencou para 0,79% de crescimento; e finalmente entre 2006 e 2007, caiu mais ainda: 0,33%. Portanto, a trajetória é de curva descendente.*

### **Comunicação**

*Entre 2003 e 2004, o setor de comunicação contribuiu para o ICMS com crescimento de 13,74%; no período de 2004 a 2005, houve um incremento na arrecadação de 19,99%; porém entre 2005 e 2006, houve um arrefecimento, crescendo 11,05%, portanto em queda; já entre 2006 e 2007, cresceu somente 5,77%, demonstrando a queda da trajetória."*

O que é a grande preocupação nossa no aspecto de aumento de imposto.

Para finalizar, que o meu tempo está acabando, quero contar uma historinha. Lembro muito bem que às vezes recebia pessoas lá no SEBRAE, quando trabalhava lá, vinham falar sobre sonhos e às vezes você vai ler nos jornais, eles mesmo dizendo de notícias de aumento de impostos e que não tinha como fazer nada. Porque depois que vai votar aqui, como diz no linguajar lá no sítio, a vaca foi pro brejo. Não tem como voltar atrás. É o que vai acontecer com este projeto, se for votado aqui e for aprovado a partir do ano que vem. V. Exa. e todos os paranaenses sentirão no bolso o pagamento da energia elétrica, do aumento da gasolina, na hora que forem abastecer, daí vão lembrar da mão peluda do Governador metendo a mão no seu bolso para aumentar a arrecadação.

Era isso, Srs. Deputados. Peço que nos ajudem pedir ao Governador que retire esse projeto, que ainda há tempo de não aumentar imposto no Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado V. Exa. Com a palavra o último orador inscrito no horário do Pequeno Expediente, o Deputado Elton Welter.

### **Deputado Elton Welter (PT)**

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

No dia de ontem, reunimos o Bloco Agropecuário e agradeço a presença do Deputado Cheida, do Deputado Elio Rusch, do Deputado Luiz Nishimori, debatemos com a FAEP, com a FETAEP, com a FETRAF-Sul com COPEL, com a Secretaria da Fazenda, com a Secretaria da Agricultura, com a EMATER, a questão do recadastramento do produtor rural.

Houve um apelo na ANEEL junto a COPEL para que se fizesse todo o recadastramento das propriedades rurais e foi dado um prazo exíguo. O Governador estendeu o prazo até o final de 2009. Dessa reunião chegou-se à conclusão que do jeito que é a burocracia exigida para esse cadastramento, muitos agricultores que moram na roça, que são aposentados, que são meeiros, posseiros, arrendatários, ficariam como se fossem consumidores urbanos.

Deu-se o seguinte encaminhamento e é esse o papel deste Poder Legislativo. A Secretaria da Agricultura assumiu o compromisso, o Bloco Agropecuário vai comunicar o Secretário da Agricultura Valter Bianchini e se constituirá um grupo de trabalho com essas representações que acabei de citar, para que se busque uma alternativa para incluir todos aqueles que moram na roça, que continuem tendo os benefícios da energia por morar na roça.

Esse método será elaborado nesse grupo de trabalho. Tão logo se conclua esse estudo, o Secretário da Agricultura encaminhará para este Poder. Para o Bloco Agropecuário talvez tenhamos que fazer uma lei para ajustar essas questões ligadas ao cadastramento do produtor rural.

Então, mais uma vez, este Poder busca uma solução que muitas vezes os burocratas dos Ministérios, os dos órgãos estatais cumprem simplesmente aquilo que está no papel. Isso cria exclusões de pessoas que não têm nada a ver com isso e pode ser prejudicadas.

Quero parabenizar e agradecer a todos que lá estiveram, os Deputados lá presentes, a presença dos representantes da COPEL, da Secretaria da Fazenda, da Secretaria da Agricultura, da EMATER e de todos os representantes da classe produtora rural, da FAEP a FETRAF-Sul, a FETAEP que também esteve representada e vários Presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Portanto, foi constituído um grupo de trabalho, que irá formatar uma proposta, que irá cair na Mesa deste Poder Legislativo, pelo Bloco Agropecuário, e também será levado quem sabe ao Governador do Estado, para que todas as pessoas que moram na roça, que têm alguma atividade com a roça, sejam bóias-frias e que não tenham como provar que são proprietários, eles terão os benefícios sim, de acordo com a visão deste Poder Legislativo, para que não prejudiquemos ninguém que está lá na roça, para permanecerem na roça e terem os benefícios ligados à energia elétrica.

Fiquei feliz com o resultado da reunião. Certamente com a efetivação desse estudo que a Secretaria da Agricultura assumiu e já delegamos, a Secretaria comunicará a todas as entidades representativas que se reunirão para estabelecer claramente para que nenhum produtor fique excluído em função de uma regra que, muitas vezes, é muito mais burocrática e que não vai atender o interesse dos nossos produtores.

Então, fiquei grato.

Certamente o Poder Legislativo presta mais um grande serviço e provavelmente virá para cá uma sugestão de projeto de lei para que mudemos essas regras, para não excluir produtores de cadastramento de quem mora na roça.

Seria esse meu pronunciamento. Obrigado.

## Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Luiz Eduardo Cheida.

### Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Um fato inadmissível está afrontando o direito de propriedade daqueles que possuem terras ao longo de alguns rios.

Para que os Deputados tenham idéia do que digo, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sobre o pretexto de regulamentar o potencial hídrico energético dos rios do Brasil, está mudando uma resolução sua e pretendendo, através de nova Resolução nº 395, do último dia 4, fazer com que aqueles cidadãos que porventura façam um inventário do potencial hídrico-energético de um rio e eles tenham prioridade quando de um leilão ou de uma escolha da titularidade de uma Pequena Central Hidrelétrica - uma PCH. Na verdade a ANEEL, sobre uma pretensa justificativa de fazer com que existia uma maior agilidade, o que não corresponde à verdade, está transformando a titularidade dos rios e criando verdadeiros barões das águas no nosso país.

Esta resolução ainda não está aprovada, ela está sendo discutida e talvez na semana que vem seja aprovada.

Por isso, e por essas maneiras, esses subterfúgios em se aprovar resoluções é que venho à tribuna pedir aos eminentes Deputados e Deputadas que aprovemos um requerimento que faço e que passo a ler:

(Lê):

#### “REQUERIMENTO

SÚMULA:

*Requer envio de expediente ao Exmo. Diretor-Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Sr. Jeferson Kelman, para que seja suspensa a alteração da Resolução ANEEL nº 395 de 04/12/08.*

*O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais e deveres constitucionais, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Diretor-Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Sr. Jerson Kelman, para que seja suspensa a alteração da Resolução ANEEL nº 395 de 04/12/08 (que estabelece os procedimentos para autorização de Centrais Hidrelétricas até 30 MW). Tendo em vista a importância do tema, esta Casa de Leis solicita a V. Exa. que suste qualquer decisão sobre o tema antes de uma maior discussão com a sociedade e seus organismos de articulação.*

*O Paraná é, com certeza, um dos estados com maiores áreas alagadas por usinas hidrelétricas no país, contribuindo há muitas décadas para o progresso da federação à custa, muitas vezes, do deslocamento de grandes contingentes de sua população.*

*Sala das Sessões, em 09/12/08.*

*(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA*

#### REQUERIMENTO

SÚMULA:

*Requer votos de congratulações ao Sr. Professor Carlos Henrique Georges Vici, e seus alunos do Colégio SESI pelo prêmio Escola Voluntária, concedido na cidade de São Paulo por seus projetos ambientais.*

*O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações ao Sr. Professor Carlos Henrique Gorges Vici, e seus alunos do Colégio SESI de Londrina pelo prêmio Escola Voluntária, concedido na cidade de São Paulo por seus projetos ambientais.*

*O projeto do professor Carlos Henrique disputou com outros 600 projetos, e consagrou-se o grande vencedor. Assim merece o reconhecimento desta Casa e do Paraná, um professor que nos faz aspirar cidadania, um homem que faz honrar esta bela profissão.*

*Sala das Sessões, em 09/12/08.*

*(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA*

*Deputado Estadual do PMDB”*

É verdade, a ANEEL está com essa resolução, se ela não for sustada criando um subterfúgio para privilegiar as empresas que detêm a possibilidade de fazer estudos dos rios no Brasil. E no Paraná não é diferente. Em tese está se tentando, de forma bastante sub-reptícia, fazer a privatização de rios que possuem potencial hidrelétrico em termos de Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Não falamos aqui em Grandes Centrais Hidrelétricas, mas falamos de um imenso potencial que o país tem, e o Paraná não é diferente, haja vista que mais de 70 pedidos de Pequenas Centrais Hidrelétricas ainda tramitam no Governo do Estado, para serem autorizadas, mas existem consórcios que são feitos, como nós temos aqui no Paraná consórcio entre o Brasil e o Canadá como o Consórcio BRSCAN e outros que possuem muito mais condições de analisar o potencial hidroenergético de um rio, do que um pequeno agricultor que tenha uma queda d'água e precisa daquela queda d'água para fazer uma Pequena Central Hidrelétrica e gerar energia para a sua propriedade, para fazer, por exemplo, uma pequena fábrica de pasta de papel celulose, ou para tocar uma fazenda com algumas condições, não querendo pegar diretamente a energia da COPEL.

Este cidadão, por exemplo, não terá o privilégio, a primazia, mesmo tendo a posse da terra, de ter a energia para si, porque sempre haverá alguém que conseguindo estudar o potencial do rio, o que um pequenos agricultor não tem condições de fazer, ele terá o privilégio, segundo esta resolução da ANEEL, de ser a pessoa aquinhoadas com aquela Pequena Central Hidrelétrica, participar de um leilão, por exemplo, e ganhar.

É um fato seriíssimo. Estamos falando mais uma vez da tentativa da privatização da água, da privatização de um rio, de formas escamoteadas, sub-reptícias e vergonhosas de se manipular editais. E quem é que faz isso? A Agência Regulador Nacional de Energia Elétrica. Ou seja, o Governo Federal, que defende uma política pública para a água, que defende o acesso às populações, que aliás, depois de ter feito o Fome Zero, iniciou o trabalho para fazer o Sede Zero, para acabar com a falta de água em nosso país e dar acesso às populações menos favorecidas à água, ele ou não está enxergando - e eu acho isso difícil, porque a Ministra Dilma Rousseff, Chefe da Casa Civil do Governo Federal, já foi alertada para isso, o Ministro Edson Lobão, das Minas e Energias já sabe disso e nenhuma providência foi tomada e a ANEEL continua navegando em águas plácidas, trazendo agora uma nova forma de se manipular um edital, de dar àqueles que não têm o mínimo direito, as condições de participarem com primazia e privilégio dos editais e terem a posse do que há de mais caro, hoje, no país, que é a energia. Seja ela energia de uma termelétrica, de uma central nuclear ou de uma Pequena Central Hidrelétrica, a PCH.

É por isso que venho à tribuna e peço a todos que aprovemos este requerimento, endereçado à ANEEL, para que tenhamos condições, ou um pedido do estado que mais contribui com a união em termos de potencial hidroenergético, sustarmos esta verdadeira vergonha, que se uma vez feita se abaterá sobre o nosso país.

Estamos falando sobre algo grave, que vai fazer com que haja distintos interesses, mais interesses inconfessos em uma das questões mais sérias no país, que é a questão energética. E o Paraná não ficará de fora, porque o Paraná tem um rico potencial hidroenergético. E não são rios como o Paraná, ou o Paranapanema, ou Iguaçu, que estamos falando. É o pequeno rio. É o Ivaí, o Piquiri, é o próprio Tibagi, o rio das Cinzas, são os rios interiores do Paraná, aqueles pequenos, cujo agricultor que às vezes está lá há 80 anos, 50 anos, naquela propriedade, não terá como desfrutar de uma Pequena Central Hidrelétrica, caso ele resolva ali investir. Quem vai tomar as rédeas e tomar a posse daquela sua propriedade e de seus frutos será o cidadão, o consórcio ou a empresa que conseguir fazer o estudo do rio. E quem é que faz isso sozinho? Ninguém.

Então, peço a todos que estejamos bastante atentos. Já protocolei esse requerimento e peço a todos os companheiros que possamos votar favoravelmente, porque é um assunto da mais alta importância.

Para concluir, gostaria de dizer a todos que faço hoje um voto de congratulações ao professor Carlos Henrique Gorges, que é de um colégio do SESI e que participou e ganhou um prêmio de ecologia com a sua turma, o prêmio Escola Voluntária, concedido na cidade de São Paulo por seus projetos ambientais. Mais de 600 projetos concorreram, foi uma disputa bastante severa e o professor Carlos, com seus alunos, conseguiu ganhar o primeiro prêmio. Ele conseguiu, através de um processo bastante simples, fazer uma manta geotérmica que protege as casas do calor excessivo, e é claro que também voltamos aqui a falar da questão da energia, porque quando há o calor muitos de nós ligamos o ventilador, o ar-condicionado ou passamos calor, e isso significa um gasto de energia. Pois o professor Carlos e seus alunos venceram um concurso de mais de 600 trabalhos na cidade de São Paulo, tirando o 1º lugar, porque inventaram um processo que é o inverso da calefação, deixando o ambiente com a temperatura adequada. Isso significa redução de dispêndio de energia, significa uma condição extraordinária para as populações de baixa renda, que ao fazerem esse tipo de processo, deverão poupar energia e fazer com que tenhamos um estado bem melhor.

Como diz um velho ditado chinês: sábio é quem tem a capacidade de perceber o óbvio. E parecer que o professor Carlos Henrique, com seus alunos, perceberam o óbvio, que é possível, sem lançar mão de ar-condicionado, ventilador ou outras parafernalias elétricas e eletrônicas que existem, fazer com que o ambiente seja compatível com a saúde humana.

Portanto, estou encaminhando e peço também aos nobres Pares que votemos favoravelmente ao voto de congratulações ao professor Carlos Henrique e a todos os seus alunos. Acho que boas idéias merecem ser destacadas, aprovadas, aplaudidas e sobretudo registradas para sempre nos Anais desta Casa de Leis.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, V. Exa.

Com a palavra o Deputado Elio Rusch, por 15 minutos, no horário do Grande Expediente.

### ***Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Uso o horário do Grande Expediente da Sessão de hoje para falar mais uma vez sobre a reforma tributária. Por inúmeras vezes nos manifestamos desta tribuna, nos manifestamos em todas as Audiências Públicas em que tivemos o privilégio de participar com outros Parlamentares e também ouvimos a sociedade do estado do Paraná nos seus mais diversos segmentos. Na primeira Audiência Pública, em Cascavel, a grande maioria das pessoas que participaram foi contra a reforma tributária, com algumas exceções. Em Foz do Iguaçu foi da mesma

forma. Partimos para Guarapuava e a grande maioria também foi contra a reforma tributária; depois fomos a Ponta Grossa, Londrina. Em Maringá foi uma exceção. A maioria das entidades que lá estava mostrou uma simpatia a favor da reforma tributária. E a última, no dia 26 passado, em Curitiba na Associação Comercial do Paraná, diversas entidades se manifestaram e outras não se manifestaram, até pelo adiantado da hora.

Quero lembrar mais uma vez, independente do voto dos Srs. Parlamentares, quem votar a favor estará contentando alguns segmentos da sociedade e descontentando outros. Da mesma forma aquele que está votando contra.

Duas coisas o Governador Roberto Requião deveria levar em consideração: primeiro, não é momento de aumentar a carga tributária de qualquer produto. E digo o porquê. Pela crise que vivemos hoje. A crise é mundial, a recessão está em nossas portas.

Nesta semana, foi noticiado que nos Estados Unidos foram demitidos mais de 500 milhões de trabalhadores. A recessão está no Japão, em diversos países desenvolvidos na Europa e está chegando no Brasil. Aliás já chegou no Brasil e no Paraná. Nas indústrias paranaenses e brasileiras quem não está demitindo está dando férias coletivas. Isso é reflexo da recessão.

Será que o momento do Governador continuar insistindo em aprovar essa reforma tributária? Vão reduzir a alíquota de 90 mil itens. Não vi essa relação, desconheço. Esses 90 mil itens estão naqueles quatro grupos, mas milhares desses produtos já não pagam 18%. Pagam 12, 7%, estão isentos do ICMS.

Se fala que essa reforma é para beneficiar o pobre. Pobre é aquele que ganha de um a dois salários. O que ele compra, consome? Consome a cesta básica. A cesta básica e os produtos hortifrutigranjeiros todos estão isentos do ICMS. Não existe alíquota nenhuma sobre esses produtos.

Por esta razão que o Governo deveria recuar. Não devia ter bom senso? Acho que o momento não é de fazer a reforma tributária, já que o Governo diz que esta reforma não vai aumentar a receita. E aí que está nossa dúvida, Srs. Deputados e caros paranaenses.

A Secretaria da Fazenda, em todas as Audiências Públicas, Deputado Augustinho Zucchi, tem apresentado que esta reforma tributária não vai aumentar a receita do Governo do Estado, porque o que eles arrecadam a mais, também, vão deixar de arrecadar do outro lado. Isso me permite e dá o direito de discordar, porque, se fosse dessa forma, o Governo não estaria insistindo na aprovação desta reforma.

Segundo ponto, Srs. Deputados, é que o Congresso Nacional está votando a reforma tributária em nível nacional. Se ele vota e aprova a reforma tributária em nível nacional, tudo aquilo, Deputado Stephanes Júnior, que fizemos aqui no Paraná ou qualquer outro Governo de Estado da nossa federação fazer na questão da reforma tributária, na questão do ICMS, pode cair por terra, porque existe o entendimento de que no mês de março do ano que vem, o Congresso Nacional vai votar a reforma tributária.

Recebi diversos e-mails, diversos telefonemas, mas gostaria de ler apenas um que me chamou muito a atenção. Diz o seguinte: "Referente ao projeto do Governo para aumento do ICMS. Vamos acordar, pessoal! O pior cego é aquele que não quer ver! O ICMS, como qualquer tributo, é custo e sempre será repassado ao consumidor final. De nada adianta baixar a alíquota para alguns produtos e compensar aumentando em outros, no final. A conta sempre chega ao consumidor. Poderemos comprar um eletrodoméstico a preço menor, devido a redução da alíquota de 18 para 12%, por outro lado, estaremos pagando diariamente essa diferença quando estivermos com esse aparelho ligado, consumindo energia elétrica, que terá sua alíquota onerada em 2%, passando de 27 para 29%.

O supermercadista e a Federação do Comércio apóiam o projeto porque são simplesmente repassados do produto, sejam eles aumentados ou diminuídos. O controle de preço proposto pelo Governo, garantindo a revogação da lei caso os preços não diminuam, é outra conversa para boi dormir. A força que ainda determina os preços é a lei da oferta e demanda. A redução da carga tributária é sempre bem-vinda, mas qualquer aumento deve ser repudiado". Esse é o e-mail que recebemos. Esse, como tantos outros.

Aí nós falamos aqui na Assembléia Legislativa: Srs. Deputados, se houvesse a compreensão por parte do Governo ele iria recuar, mas, segundo nos consta, não vai existir essa possibilidade. O Governo não recuando, temos que provar, analisar e votar essa mensagem do Governo do Estado. Como cada Deputado deve votar de acordo com sua consciência, e entendemos que isto aqui não é um projeto nem de Governo e nem de Oposição, Como disse muito bem o Deputado Douglas Fabrício, que nos antecedeu usando esta tribuna, ele fez um relato em relação ao ICMS, onde houve uma redução na receita do ICMS, a indústria cresceu a receita, na energia elétrica houve uma curva descendente, quer dizer, começa-se a arrecadar menos na energia.

Na comunicação é da mesma forma e no comércio houve um crescimento e um aquecimento na receita do ICMS. Então, o Governo do Estado procura, por meio desta lei, concentrar a arrecadação em cima dos cinco itens, que são responsáveis por 60% do bolo do ICMS no estado do Paraná.

Agora, Srs. Parlamentares, quero apresentar um outro número a vocês, que esse sim nós colhemos no balanço do Governo do Estado, e o que mostra a receita desse ICMS, o demonstrativo da evolução do ICMS de 2003 a 2008, e corrigimos os valores através do IGPM. A receita do ICMS de 9 de setembro de 2002 a agosto de 2003, já corrigido, chegou a 9 bilhões, 178 milhões. De 2003 a 2004, a receita do ICMS chegou a 9 bilhões, 445 milhões, houve um crescimento real de 2.9%. De 2004 a 2005 a receita do ICMS chegou a R\$ 10 bilhões, 163 milhões, um crescimento de 7.5% na receita do ICMS. De 2005 a 2008, o ICMS já corrigido, chegou a R\$ 10

bilhões, 852 milhões, um crescimento de 6.7%. E aí que começou a curva descendente, de 2006 a 2007, a receita chegou a 11 bilhões e 79 milhões, um crescimento de 2.1%. De 2007 a 2008, 11 bilhões, 278 milhões, um crescimento de 1.8%.

Então, Srs. Deputados, vejam que de 2002 a 2003, 2004, 2005, 2006, a curva estava ascendente. Aí, depois começou a vir a curva descendente. E isso mostra, claramente, que o estado ao invés de continuar aumentando a sua receita, assim como aconteceu em 2003, 2004 e 2005, não se repetiu em 2006, nem em 2007, e nem em 2008. É por essa razão que essa reforma tributária veio aqui para a Assembléia, não para trocar seis por meia-dúzia. Mas, essa reforma veio aqui para a Assembléia para aumentar o caixa do Governo do Estado. Essa reforma tributária veio aqui para aumentar o imposto no estado do Paraná. E nós, eu particularmente, e respeito a opinião de cada um, não podemos concordar com o aumento de qualquer imposto neste momento.

Vou dizer, como já foi dito por muitos Parlamentares, a sua fatura de energia elétrica, todo mês, virá com o ICMS aumentado, virá mais cara. A conta do seu telefone, todo mês, virá com aumento. Cada vez que você for abastecer o seu carro no posto de gasolina, você vai pagar mais caro pela gasolina. E aí, quando se fala em gasolina, não vai aumentar a gasolina só na questão do aumento da alíquota do ICMS da gasolina, mas vai aumentar mais. E por que vai aumentar mais? Vai aumentar mais porque o proprietário do posto de gasolina, para fazer movimentar a bomba, ele precisa de energia elétrica, e a energia vai custar mais caro. Aí, alguém vai pagar com cheque ou com cartão, há transmissão de dados, há comunicação, há aumento de ICMS.

Então, o maior reflexo que vamos sentir no aumento do ICMS é na gasolina, é no combustível que é usado exatamente pelos empresários, sem querer falar no pequeno e microempresário, porque já falamos, esse não terá benefício nenhum, pelo contrário, ele terá apenas despesas e terá aumentada a despesa na sua empresa.

É por essa razão que fiz questão de usar o horário para dizer da nossa posição, esperando ainda que o Governo do Estado, diante desses dois fatores, um a crise e outro a reforma tributária a nível nacional que está se votando, que ele pudesse recuar. Mas, como sabemos que dificilmente ele vai recuar, o que vamos fazer? Vamos aqui, pela Assembléia, travar os grandes debates e cada um vota de acordo com a sua consciência. Eu, particularmente, sou contra qualquer imposto no nosso Brasil. Quarenta por cento da nossa produção é imposto. A sociedade não aguenta mais essa alta tributária.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Horário das Lideranças: Bloco PTB/PR; Bloco PSB/PRB/PV; Democratas; PSDB.

(**Todos declinaram**)

No horário do PT, concedo a palavra ao Deputado Elton Welter.

### ***Liderança do PT: Deputado Elton Welter***

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, usando o Horário da Liderança, como Vice-Líder do PT, que é um partido político muito estruturado no país e no estado também, somos uma bancada de seis Deputados e temos grande responsabilidade pública e política.

O PT tem discutido amplamente a minirreforma. Hoje de manhã fomos falar com o Governador do Estado do Paraná. Tivemos uma conversa boa, ampla, que culminou com o Governador acatando uma sugestão da nossa bancada, do nosso partido. Está acontecendo uma discussão, um Seminário sobre a crise mundial. A bancada tem preocupação e o Presidente está tomando as medidas necessárias, que podem impactar no ano que vem na questão do país. Os estados não são diferentes na sua posição e decisões de Governo.

O PT não tomou a sua posição claramente. Ele tomará uma posição unificada acerca da minirreforma tributária, acatará a decisão do partido. Essa é a minha visão. Discutiremos e poderemos apresentar emendas no dia de amanhã. Ficou claro que o Governador acatou o pedido do PT. Ele determinou, no início do Seminário, hoje de manhã, ao Secretário da Fazenda Heron Arzua e também sob a coordenação do Deputado e Secretário Enio Verri, que se faça um estudo para estender os benefícios da isenção do ICMS, podendo alíquotas para as médias e microempresas. Ele fez esse pedido público. O estudo será feito, para que seja amenizado o impacto da crise nelas. O Governo já tem estendido o benefício para muitas empresas. O faturamento das empresas, que serão beneficiadas com a isenção, poderá aumentar nesse estudo. Esse é o desejo da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

A diminuição de alíquotas, da incidência dos tributos do ICMS, quando começam a cobrar, também poderão ser mudadas. Esse estudo será feito em breve pela Secretaria da Fazenda.

Vejo que será uma grande medida para que possamos ter o impacto menor da crise, nas empresas no Paraná. O Governador acolheu esse apelo da bancada. Amanhã, a bancada tentará fazer uma emenda que possa garantir, do ponto de vista de que os preços caíam para o consumidor. Acharemos uma forma de acompanhar e fiscalizar.

Acho que a imprensa pode contribuir muito com isso. Acredito que se a mídia cooperar e se a crise que se fala vier com tanta força, diminuirá o poder de consumo. E naturalmente haverá, na medida em que se diminui o imposto de 18 para 12 pode cair o preço para o consumidor. Se diminuir o consumo, a melhor forma de vender mais é baixar preço. Baixando o preço, vai ficar mais barato comprar e vai sobrar mais salário, na nossa visão.

Então, vejo que a bancada que tem dado sustentação ao Governo vai tomar uma postura unificada e nós não vamos aceitar críticas, indiretas, em função de um posicionamento diferente que a bancada venha a tomar se eventualmente votar contra, por orientação do conjunto da bancada do partido. Mas nós do PT vamos agir para que aqui no estado tomemos posições de responsabilidade, para que os impactos da crise sejam os menores possíveis para o conjunto dos paranaenses.

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário pelo PDT.

### ***Liderança do PDT: Deputado Geraldo Cartário***

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

O Padre Antônio Vieira dizia na sua obra literária que para falar ao vento bastam palavras, para falar aos homens precisa obras. Srs. Deputados, nós aqui, talvez, muitas vezes falamos para o vento, porque os Deputados têm suas atribuições, alguns têm o pessoal na tribuna, outros têm o gabinete para atender e outros têm umas conversas a serem feitas aqui no plenário. Agora, Deputado Belinati, nesta hora, neste preciso momento, o povo que precisa do trabalho dos Srs. Parlamentares está nos assistindo. Visto que ontem eu falava sobre a reforma tributária, imediatamente recebi no meu gabinete, aliás, sempre que falo aqui recebo e-mails, desta vez vou tomar a liberdade de ler para que os Srs. Deputados saibam que o Paraná realmente está acompanhando o trabalho da Assembléia.

Não falando em Londrina, não é Belinati, hoje, um londrinense vidrado na TV Justiça, no Tribunal Superior Eleitoral, para saber até quando o voto do povo prospera ou não. Esta é uma decisão, hoje, que Londrina está acompanhando pela TV. Aliás, Belinati, o povo da Fazenda Rio Grande e os 62 mil votos que o povo me deu, já cansaram até de rezar de tantas vezes que o meu processo entra e sai, entra e sai. Sabe por quê? Não tenho processo na Justiça, não roubei, não sou pedófilo, não sou esturpador, não sou traficante, apenas critiquei um Prefeito que estava cobrando na conta da água da SANEPAR a taxa de lixo de um cidadão que não tem coleta na frente da sua casa. E S. Exas., a Justiça do Paraná, o TRE, achou que eu não poderia criticar o Prefeito, porque os 10 mil votos que obtive na Fazenda Rio Grande foi porque critiquei o Prefeito e que a minha raiva... tem o programa O Dia do Aniversariante. A pessoa liga na rádio, fala que faz aniversário e a rádio faz um sorteio, manda entregar um bolo com o patrocínio de uma empresa.

Mas, vamos falar o que mais interessa. Vou ler apenas um e-mail.

(Lê):

“Sr. Deputado, hoje por acaso assisti no canal 21 quando o senhor ocupou a tribuna da Assembléia Legislativa. Fiquei surpresa com a sua postura sobre a redução do ICMS. Concordo plenamente com o senhor, pois sempre quem fica com a maior e melhor fatia do bolo são os donos de supermercados. A troco do quê deveremos nós paranaenses “beijar as botas” destes cidadãos, como o senhor falou. Nunca votei no senhor mas à partir de hoje eu devo meu voto ao senhor, pela sua coragem de enfrentar essa potência que é toda a rede de supermercados e a prepotência do Sr. Governador. Um abraço e um feliz Natal.”

Quem mandou o e-mail foi a Sra. Maria Aparecida Souza Pinto.

Srs. Deputados, essa reforma tributária, se tivéssemos uma esperança, Deputado Romanelli, se tivéssemos a certeza - não esse comentário: “Olha, o remédio vai ficar mais barato” - remédio de pobre não se cobra, Deputado Romanelli. Remédio de quem não pode comprar não se cobra. Não venha com esse papo furado aí, que é uma demagogia das mais baratas, dizendo que vai baixar o remédio. Onde que está esse remédio? Na farmácia? Vai baixar? O petróleo, o barril do petróleo chegou a US\$ 150, caiu para US\$ 40 e poucos. Baixou o preço da gasolina ao consumidor? Baixou? Será que alguém está abastecendo mais barato?

Isso tudo é uma utopia. Dizer que vai baixar imposto do remédio, não é verdade. Olha, esse aumento de arrecadação não é coisa pouca, não - são 2.8 - são milhões, milhões e milhões. O Governo pode comprar milhões de ônibus, entregar para os Srs. Deputados entregarem nos seus municípios que não vai resolver o problema. Por que aumentar esse imposto? Ele tem que ter é um direcionamento desse dinheiro que não diz, ninguém fala, quantos milhões se aumenta com esse imposto? Muitos milhões, não é? E onde vai esse dinheiro? Para onde? Ninguém sabe. O papel aqui chega com justificativas.

Mas, Srs. Deputados, apresentei há anos atrás nesta Casa um projeto que criava e foi votado por todos, é lei, que cria um fundo rodoviário, um fundo, esses 2.8% a mais que o Governo se propõe a cobrar da dona-de-casa, aquela que paga a conta de luz - Belinati, você continua sendo aquele Deputado do povo, não continua? Eu duvido que você vote a favor desse aumento, com todo o respeito que eu tenho por você, a pessoa. Da mesma forma que eu não acredito que o PT venha a votar isso, porque foi precisamente essa crítica do Partido dos Trabalhadores que levou o Presidente Lula a ser Presidente da República. Eu não acredito que o Partido dos Trabalhadores tenha coragem de aumentar o imposto de quem vai pagar a conta de luz, de quem vai pagar a conta da água, vai ter aumento, de quem vai comprar essas mercadorias ou vai abastecer um carro. O trabalhador vai abastecer o carro, vai pagar mais caro.



Então, nós vamos, por última tentativa amanhã, apresentar uma emenda que esse aumento de imposto dos 2.8 na gasolina, no óleo diesel, enfim, que venha para este fundo. Sabe por quê, Belinati? Porque aí o Governador Requião vai ter condições de dizer para esses que estão explorando o povo com o pedágio, vai dizer: “O Governo do Paraná está com tantos milhões num fundo específico para atender as nossas rodovias. Não precisamos cobrar pedágio porque o povo já alocou os recursos num fundo específico”. Aí, se tem dinheiro em caixa, por que cobrar pedágio? Está com o dinheiro! Mas hoje o DER não tem equipamento, tem boa gente lá, bons engenheiros, mas não tem equipamento, não tem estrutura, não tem nada. Como que vai cuidar das rodovias? Tem que ser o pedágio mesmo, porque o Governo do Estado abandonou as rodovias. Aquele que duvidar vá de Jacarezinho até Ribeirão Claro e veja as condições das estradas, estrada estadual.

Precisamos ter respeito, porque o povo nos ouve, o povo sabe o que fazemos e que estamos trabalhando. Não podemos permitir, em hipótese alguma, aumento de imposto sem sabermos onde chega esse dinheiro.

#### **O Sr. Antonio Belinati (PP)**

V. Exa. falou que os 2% e pouco foi destinado ao fundo rodoviário? Deixe eu entender. V. Exa. está tomando uma postura digna de aplausos. Acho que aumento de imposto todo mundo é contra. Mas aí pergunto: V. Exa. está admitindo que vai passar esse projeto do Governo?

#### **O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)**

Lamentavelmente, infelizmente, eu que estou aqui há 18 anos nesta Casa e lamentavelmente não dá outra, o rolo compressor. Talvez com a TV e o povo assistindo como está, pelo menos a Bancada do Partido dos Trabalhadores não vote. Estaremos entrando com emenda alocando esses recursos para um fundo rodoviário para acabar com o pedágio, porque aí o Governo pode dizer: “Vou acabar com o pedágio porque tenho dinheiro para bancar. Por enquanto não”.

Obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

O Sr. Deputado Dobrandino, no horário do PMDB.

### ***Liderança do PMDB: Dobrandino da Silva***

#### **O SR. DOBRANDINO DA SILVA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna para responder à nobre Deputada Luciana Rafagnin pelo seu pronunciamento na tribuna da Casa. Não gostaria de ter que vir a tribuna para fazer algum esclarecimento sobre isso. Sempre tive com a Bancada do PT, aqui na Casa e com a Deputada Luciana, especialmente, o maior respeito, um bom entendimento

desde o início que entramos aqui. E as questões falo diretamente com eles, sempre tive a liberdade e a intimidade de falar, principalmente com a Bancada do PT. Nunca trouxe a público. V. Exa. vem e faz uma denúncia que não é verdadeira.

Vou iniciar falando primeiro da reforma. Vou votar a favor da reforma tributária, e vou votar porque acredito na proposta do Governador, senão não votaria a favor e nem estaria no Governo se não acreditasse nele. Aqui muito se fala na reforma que não vai dar certo, que é ruim. Eu quero dizer ao Paraná, ninguém de nós, não tem Deputado que saiba aqui se vai ser bom ou ruim. Estou votando porque conversei com o Governador e ele me disse: “Olha, Dobrandino, se não der certo eu revogo”. Acredito na seriedade do Governo, nas propostas do Governo e acredito que o Governador, através dos seus técnicos da Secretaria da Fazenda, tem estudos que levaram o Governador a mandar essa mensagem à Assembleia. Não é com a intenção de aumentar a arrecadação. Não é verdade isso. E como eu disse, nenhum de nós aqui nesta Casa tem uma bola de cristal para dizer se vai ou não dar certo. Tem a posição política que eu respeito.

Vou falar com meu amigo, prezado amigo Deputado Péricles de Mello, que respeito, um Deputado respeitado nesta Casa, que ouvia na imprensa dizendo que parte do PT era contra. Fui falar com ele. Vou falar aqui o que ele falou, porque sei que é um Deputado respeitado e ele foi elegante comigo. Ele disse: “Olha, eu estou trabalhando dentro da bancada para que possamos votar a favor do projeto.”

Ele disse: “Mas quem não quer que nós votemos favorável é a Presidente do PT do Paraná, a Dra. Gleisi Hoffmann”. Eu disse: mas se ela não quer, como é que está no Governo? Eu não falei. Não é verdade que então ia tirá-lo do Governo.

V. Exa. sabe que o detentor dos cargos é o Governador, não é o Dobrandino. Quem pode dizer quem tem que ficar, tem que sair do cargo, é o Governo do Estado.

Agora, dizer que estou ameaçando, Deputada Luciana, me desculpe a franqueza, não é verdade e foi deselegante V. Exa. vir para a tribuna, eu considero a Bancada do PT como meus amigos e sempre foram, como a maioria desta Casa. Mas, considero V. Exas. num atendimento maravilhoso.

Eu, como Líder do Governo que fui, nunca precisei reclamar do PT, da sua postura aqui, do seu companheirismo, mas faço aqui uma pequena reflexão disso. Se eu estou num Governo, participando de um Governo, Deputada Beti, Deputado Augustinho, é porque eu confio nesse Governo. Eu jamais estaria num Governo se não confiasse nele. O PT é parte importante do Governo do Estado e nunca reclamamos disso, está nas boas mãos do PT. Reconheço isso e nunca reclamamos, nem para o Governador que deveria estar conosco. Eu que sou partidário ferrenho e acima de tudo, ao longo da minha vida conheço, muita gente do nosso partido reclama para o Dobrandino, até para o Governador, mas por que não

coloca em nossas mãos esses cargos? Eu sei que o Governo precisa ter uma base na Assembléia e tem que fazer um Governo dessa forma mesmo e colocar na mão de gente boa, como esses detentores desses cargos do PT, que estão no Governo, são gente boa.

Sei da grandeza que tem o Secretário da Agricultura, a Secretária do Ensino Superior, o próprio Enio Verri. Nunca reclamamos disso.

Agora, eu diria se eu estivesse num Governo que não é meu e votando contra, ninguém precisava pedir para eu sair. Eu, coerentemente, sairia desse Governo. Você querem que eu fale isso, que eu nunca precisei falar.

Eu sinceramente recebi, até com certa estranheza, V. Exa. vir à tribuna falar isso. Podia dialogar. Eu não fui na imprensa, Deputado Tadeu, dizer que nunca fiz isso, eu não faço. Você sabem que eu posso não saber me pronunciar muito bem, mas eu sei o que eu penso e o que eu quero dizer. Tenho coerência.

Há tempos atrás, no início da nossa legislatura, teve aquele episódio, eu rebati depois. Lembro quando ocorreu, lá em Foz do Iguaçu, um atentado contra um Vereador de outro partido. Lá, em Foz, alguém do PT denunciava que ainda era político e veio parar aqui nesta Casa. Como insinuando que nós estivéssemos por trás disso.

Eu disse aqui: olha, adversário mato nas urnas. Mas não fazer um atentado como esse. Eu fiquei muito indignado. Foi pela própria Deputada Luciana.

Queria dizer a vocês, pela nossa convivência que temos, Deputado Tadeu, não precisa desse episódio, porque eu sempre tive caráter suficiente para conversar com você, dialogar, divergir e é natural isso. Quem sou eu para querer que votem tudo que nós queremos. É normal e até salutar a democracia e a discussão.

Por isso, fiquei magoado e surpreso com as declarações, Deputado Romanelli, V. Exa. sabe como temos lutado dentro do Governo, essa convivência de dividir o Governo nosso e nunca reclamamos para o PT. Tem cargos menores do interior que são disputados e estão na mão do PT. E nós não temos partido para ter esses cargos.

Nós sabemos e eu sei, Deputada Luciana, que qualquer um de V. Exas., os Deputados do PT desta Casa, têm o mesmo trânsito, têm as mesmas portas abertas que tenho com o Governador. Sei que vocês estão no Governo, fazem parte, sou amigo pessoal do Governador e sabem que é um Governo correto.

Claro que têm erros no Governo, coisas que poderiam melhorar. Sabemos que os propósitos desse Governo e as ações dele na Educação, na Saúde, na área social são as melhores do Brasil, desse Governador.

Eu fui falar pessoalmente com Deputado do seu partido, conversei com ele e com vários deles. É difícil eu ir pedir para um Deputado de outro partido e dizer: mas nem a base de vocês quer votar.

Faço esse desabafo e, sinceramente, com todo respeito que tenho a V. Exa., Deputada Luciana, Deputada atuante que eu respeito muito, é uma grande Deputada, mas não deveria trazer dessa forma. Quando tiver qualquer reclamação a fazer do PT eu vou pessoalmente e faço, dentro de casa e não na rua.

Disse um dia a um Deputado nosso aqui do partido, ele não se reeleger e disse: o dia que eu estiver aqui na tribuna e fizer qualquer pronunciamento contra o nosso Governo e votar contra é porque estou deixando o partido. Porque acima de tudo sou ético.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passamos à Liderança da Oposição.

(**Declina**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

## ***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício nº 0038/08, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, encaminhando os nomes dos Parlamentares da Bancada do Partido dos Trabalhadores que irão compor as Comissões nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 561/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a execução de obras de construção e passarelas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 562/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a pavimentação asfáltica no trecho da PR-476, no entroncamento da BR-153, ao distrito de Vila Guay, município de Ibatí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 563/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 02 (dois) ônibus escolares, para o município de Fernandes Pinheiro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 564/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 02 (dois) ônibus escolares, para o município de Teixeira Soares. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 565/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 01 (um) ônibus escolar, para o município de São Carlos do Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 566/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 01 (um) ônibus escolar, para o município de Paulo Freitas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 567/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 06 (seis) ônibus escolares, para o município de Irati. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 568/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 02 (dois) ônibus escolares, para o município de Inácio Martins. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 569/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 04 (quatro) ônibus escolares, para o município de São Mateus do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 570/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 02 (dois) ônibus escolares, para o município de Antonio Olinto. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 571/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 03 (três) ônibus escolares, para o município de Rio Azul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 572/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 02 (dois) ônibus escolares, para o município de Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 573/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 03 (três) ônibus escolares, para o município de Guamiranga. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 574/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 03 (três) ônibus escolares, para o município de Rebouças. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 575/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 06 (seis) ônibus escolares, para o município de Prudentópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 576/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 02 (dois) ônibus escolares, para o município de São João do Triunfo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 577/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 03 (três) ônibus escolares, para o município de Paulo Frontin. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 578/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 03 (três) ônibus escolares, para o município de Mallet. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 579/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 04 (quatro) ônibus escolares, para o município de Imbituva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 580/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de liberação de 02 (dois) ônibus escolares, para o município de Condói. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3769, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência em Plenário no dia 02/12/08, devido a compromisso inadiável no Tribunal de Justiça. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, conversei com a Deputada Luciana, que no dia de amanhã pretendemos colocar o nosso ponto de vista para que os Deputados Dobrandino possa entender

porquê essas declarações são feitas e depois são rebatidas. Acho que é necessário que façamos esse esclarecimento.

Deputada Luciana, o Deputado Dobrandino compreende isso, ela é uma Deputada como qualquer outra e é uma grande Deputada nesta Casa, que merece todo nosso respeito e não pode ficar levando puxão de orelhas aqui da tribuna.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 218/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que altera o artigo 1º da lei nº 11229/95. (UTILIDADE PÚBLICA). **Aprovado. (Publ. no DA nº 055/08, de 21/05/08, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 464/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Ivaí de Icaraíma - ASTRUVALE, com sede e foro no município de Icaraíma. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/08, de 03/11/08, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 491/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública o CISVIR - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e região, com sede e foro na comarca de Apucarana. **Aprovado. (Publ. no DA nº 135/08, de 12/11/08, em Projetos de Lei).**

### ***3ª Discussão***

#### **ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Produtores de Cebola - APACE, com sede e foro no município de Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.**

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 789/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador José Augusto Gomes Aniceto. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

#### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar a cessão de direitos de uso de imóvel, situado nesta capital para a Associação Beneficente Renascer. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 022/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de novembro de 2008. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ***1ª Discussão***

#### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que estabelece a obrigatoriedade de constar placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizantes e suas conseqüências, centros ou clubes esportivos, ou similares em todo o estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHCDC E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 026/08, de 01/04/08, em Projetos de Lei).**

### **COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 125/08**

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 125/08, de autoria do Deputado Estadual Luiz Fernandes Litro, estabelece a obrigatoriedade de constar placa de advertência sobre uso inadequado de anabolizantes e suas conseqüências para a saúde do ser humano, nas dependências de academias de ginástica, centros ou clubes esportivos, ou similares em todo o estado do Paraná.

Na placa obrigatoriedade constaria: “o uso de anabolizantes prejudica o sistema cardiovascular, causa lesão nos rins e fígado, degrada a atividade cerebral e aumenta o risco de câncer”.

Presume-se que as informações constantes da placa estejam de acordo com a atualizada doutrina médica, mas caberá à Comissão de Saúde examinar a exatidão das informações.

A matéria objeto desta proposição está nos limites da competência legislativa do estado e pode ser iniciada pelo Deputado, assim como encontra respaldo no direito à saúde constante no artigo 6º da Constituição Federal.

Por estarem presentes estes requisitos não há vício de inconstitucionalidade, podendo a proposição seguir seu trâmite regimental para que as demais comissões e o plenário debatam o mérito da mesma.

O parecer é pela tramitação regimental.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
PROJETO DE LEI Nº 125/08

P A R E C E R :

O presente projeto de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, estabelece obrigatoriedade de constar placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizantes e suas conseqüências para a saúde do ser humano, nas dependências de academias de ginásticas, centros ou clubes esportivos, ou similares em todo o estado do Paraná.

É justo o mérito exposto na presente proposta, que sensibilizará os frequentadores de academias de ginásticas e similares, para o grande mal causado pelo uso de anabolizantes, sendo que essa população, na maioria das vezes, desconhece os efeitos drásticos a saúde e os riscos que estão expostos ao seu uso indiscriminado.

Portanto, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02/12/08.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 125/08

P A R E C E R :

A proposta do projeto de lei do nobre Deputado Luiz Fernandes Litro dispõe sobre a obrigatoriedade de constar placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizantes e suas conseqüências para a saúde do ser humano, nas dependências de academias de ginásticas, centros ou clubes esportivos, ou similares em todo o estado do Paraná.

O termo anabolizante significa substância que faz anabolismo, isto é, crescimento, ganho de massa muscular. A testosterona (hormônio masculino), o hormônio do crescimento e a insulina são exemplos de anabolizantes.

Os anabolizantes são usados para obtenção do estereótipo almejado, sendo mais comuns os análogos de testosterona associados a dietas hiperproteicas e exercícios com peso repetidos que levavam a hipertrofia muscular.

Existem ainda outros tipos de substâncias muito usadas como anabolizantes, como exemplo hormônio do crescimento (HGH), que podem aumentar a glicose, ocasionando a diabetes mellitus secundária, crescimento de partes moles (pés, mãos, etc), hipertensão arterial e problemas cardíacos, muitas vezes irreversíveis devido ao aumento do coração.

Segundo o médico especialista, Dr. Celso Melo dos Santos, o uso crônico de substâncias derivadas do hormônio masculino, salvo em portadores de deficiência deste hormônio, podem levar, de alguma forma, à impotência e infertilidade pela diminuição dos hormônios hipofisários FSH e LH, que no homem estimula o testículo à produção de testosterona, com conseqüente atrofia testicular, muitas vezes irreversível. Além disso, pode provocar câncer de próstata, de fígado e ósseo: a rigidez muscular normalmente provoca fraturas espontâneas; as lesões articulares, musculares e de tendão, entre outros.

A irresponsabilidade no uso de substâncias anabolizantes chega ao absurdo de algumas pessoas buscarem medicações e substâncias do uso veterinário sem o menor estudo nem de seus efeitos nos seres humanos.

Portanto, a obrigatoriedade de advertir a população sobre o uso inadequado dos anabolizantes e suas conseqüências nas academias de ginásticas e demais centros e clubes esportivos será muito importante, especialmente para os jovens e adolescentes que são o público alvo dessas substâncias, buscando conscientizá-los dos riscos que podem ser fatais.

Sendo assim, esta Comissão emite parecer favorável à proposta de Projeto de Lei nº 125/08.

Sala das Comissões, em 11/11/08.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente

ROSANE FERREIRA - Relatora

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre ações suplementares de prevenção, combate e erradicação do dengue no estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. COM PARECER DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/08, de 15/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 153/08

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

A propositura pretende disciplinar certas atitudes a serem tomadas pelo estado do Paraná no que tange ao combate da dengue. Traça, em linhas gerais, certas determinações, estabelece funções e lista penalidades para o caso de desatendimento das disposições.

**Fundamentação**

Como aspecto inicial, necessário que se analise acerca da legitimidade para iniciar o processo legislativo no caso presente. Para tanto, consulta-se diretamente a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 53:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

*XIII - bens do domínio público.*

Assim, de plano denota-se que a legitimidade está aferida, dando azo porquanto ao prosseguimento da análise.

**Do objeto do presente projeto**

Partindo para uma análise detalhada do projetos, havemos por bem dividir o estudo dentre os artigos da propositura.

**Do artigo 1º**

Este artigo em nada conflita com o aspecto da legalidade e da constitucionalidade, até porque apenas traça diretrizes para a consecução do projeto. Ademais a espécie de mosquito de que tratará o restante do projeto.

**Do artigo 2º**

O segundo artigo do projeto de lei também parece-nos em consonância com o aspecto da constitucionalidade e legalidade. Até mesmo por se tratar de obrigação de todas as pessoas políticas temos que o artigo, ainda se não estivesse listado no projeto, teria o mesmo efeito prático. Ora, claro que é dado a cada ente da divisão política-administrativa tomar atitudes que visem a combater a proliferação da doença dengue. Isto é uma obrigação, com olhos postos na saúde pública.

**Do artigo 3º**

O *caput* do artigo terceiro estabelece competência para as Administrações Públicas municipal e estadual, de forma que incide em primeira afronta à Constituição de República. Decorrencia clara do artigo 3º da Carta Magna, que estabelece de modo cogente a separação entre os poderes, sendo que não é dado a um poder interferir no outro. Assim, não é dado ao Poder Legislativo, ao seu talante estabelecer que o Poder Executivo trilhará este ou aquele caminho, sob pena de ruína do Estado Constitucional de Direito em que vivemos. Prosseguindo, temos que o parágrafo segundo do mesmo artigo incide no mesmo equívoco, vez que determina que o estado do Paraná estabeleça convênios com os municípios, no prazo máximo de 60 dias. Ora, nada mais impreciso, posto que, além de estabelecer providência, fixa prazo. Neste particular cumpre dizer que estabelecer cabe apenas ao Governador do Estado iniciar o processo legislativo quando se trata de convênios a serem celebrados. Necessário dizer também que, como regra, é o Chefe do Poder Executivo que firma convênios, informações esta que nos leva a conclusão que de fato não cabe a esta colenda Casa principiar o processo legislativo no caso presente. Para que se corrija o disposto, cumpre ao autor esclarecer os pontos acima abordados.

**Do artigo 4º**

O artigo 4º, *caput*, também em nada se mostra inconstitucional. Isto porque esse dever já existe, ainda que não esteja listado em lei. Trata-se apenas de dever e não de obrigação, ao passo que não existe sanção (o que seria um exagero) para o não atendimento do disposto.

Já o parágrafo único se mostra de caráter um tanto quanto confuso. A Vigilância Sanitária, segundo o texto,

deverá fiscalizar os cidadãos no que atine a informação a ser prestada por esses relativamente à focos da doença. Além de estabelecer função para órgão vinculado ao Poder Executivo, iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme artigo 66, IV da Constituição do Estado do Paraná, tem-se que a exequibilidade do disposto é discutível. Como poderá a Vigilância Sanitária fiscalizar cada cidadão? E essa fiscalização está relacionada com a prestação de informações, como dizer que alguém fez ou não de modo correto a informação? Tanto pelo ponto de vista técnico como pelo viés prático, nos parece o parágrafo de todo inaplicável.

Face a tais premissas, uma vez mais importante que o autor venha a esclarecer os aspectos supra tangenciados, regularizando, por conseguinte, a situação da propositura, inclusive devido a sua relevância.

**Do artigo 5º**

A questão central na análise deste artigo está relacionada com a questão, uma vez mais, de independência dos poderes. Neste passo cabe destacar o artigo 2º da Carta Magna:

*Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*

Veja-se que o artigo é claro ao estabelecer a independência dos poderes. E esta independência se relaciona inclusive com as obrigações afeitas a cada área. Assim sendo, não se pode conceber um poder estabelecendo limites a outros, bem como um poder fixando regras para outros. A Constituição do Estado do Paraná também trouxe a mesma idéia em seu artigo 7º:

*Art. 7º São Poderes do estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*

*Parágrafo Único. Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições, sendo que quem for investido na função de um deles não poderá exercer a de outro.*

Não obstante o até aqui exposto, vejamos uma decisão do STF sobre essa usurpação de legitimidade, hodiernamente não aceita no Brasil, posto ser um estado federado.

ADI-MC 2417/SP - São Paulo

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator: Min. Maurício Corrêa

Julgamento: 18/04/2001

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

**Publicação**

DJ 18/05/2001 PP-00432

EMENT VOL-02031-04 PP-00689

**Partes**

REQTE. GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

ADVDA. PGE-SP - ROSALI DE PAULA LIMA

ADVDS. PGE-SP - JOSÉ MAURÍCIO

CAMARGO DA LAET E OUTROS

REQDA. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Emenda**

EMENDA: MEDIDA CAUTELAR PARA SUSPENDER A VIGÊNCIA DA LEI Nº 10539, de 13/04/00, DO ESTADO DE SÃO PAULO. REESTRUTURAÇÃO DOS ÓRGÃOS DO SETOR EDUCACIONAL. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. 2. Compete privativamente ao Governador do Estado, pelo princípio da simetria, propor à Assembléia Legislativa projetos de lei que visem a criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública (CF, artigo 61, parágrafo 1º, II “e”). 3. Hipótese em que o projeto de iniciativa parlamentar, transformando-se em lei, apresenta vício insanável caracterizado pela invasão de competência reservada constitucionalmente ao Poder Executivo. Medida cautelar deferida.

**Da Secretaria de Estado da Saúde**

Necessário ainda que se esclareça que compete à Secretaria de Estado da Saúde tomar a providência pretendida pelo Parlamentar no presente caso. Esta Secretaria tem seus objetivos listados em Regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 777/07. O artigo 1º do regulamento diz que:

*Art. 1º A Secretaria de Estado da Saúde - SESA, nos termos da Lei nº 8485, de 03/06/87, constitui órgão de primeiro nível hierárquico para o desempenho de funções de formulação e execução de políticas sociais e econômicas em todo o território estadual, que visem à prevenção, redução e eliminação de riscos de doenças, bem como a garantia de acesso universal e igualitário às ações de serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio de uma rede de serviços hierarquizada e regionalizada, conforme preceitos constitucionais de universalidade, integridade e equidade.*

Portanto, já é atribuição da Secretaria de Estado da Saúde dispor sobre o tema, pelo que se corrobora a idéia de que o projeto é inconstitucional. Posto isso, o autor tem o condão de aclarar os pontos debatidos neste particular, ensejando modificações aptas a fazer deste projeto constitucional.

**Dos artigos 6º e 7º**

Estes artigos não devem divergir, *a priori*, da análise feita para o artigo 5º. Tanto o artigo 6º como o 7º, juntamente com o 5º, buscam estabelecer regras, punições e procedimentos para o caso de constatação de irregularidades no combate à dengue. Mas reitere-se nessa altura, todas estas disposições devem ser de origem do Poder Executivo, em que pesem a relevância e a necessidade da proposição.

Resumindo, trata-se de fixação de obrigação para o Poder Executivo, tanto estadual quanto municipal (o que também refoge da estrutura de repartição de competência e autonomia). Ademais, busca-se criar verdadeiro plano estadual, para o combate da dengue. Nada obstante a importância, como já se disse, deve também prevalecer a regra de iniciativa legislativa insculpida na Constituição Federal e por simetria, na Constituição do Estado do Paraná. O autor do presente projeto deve ser consultado

para que as correções possam ser feitas, regularizando a questão formal e material do projeto.

**Conclusão**

Em razão do exposto, pelo desrespeito ao aspecto da legalidade e da constitucionalidade nosso parecer é devolução do projeto ao autor, para que possam ser feitas as alterações necessárias.

Sala das Comissões, em 14/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 153/08

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre ações suplementares de prevenção, combate e erradicação da dengue no estado do Paraná.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de prevenir e combater a dengue no nosso estado.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 19/11/08.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente

MARCELO RANGEL - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
AO PROJETO DE LEI Nº 153/08

Art. 1º A presente lei estabelece diretrizes para conscientizar e disciplinar a população do estado do Paraná - pessoas físicas e jurídicas, inclusive - acerca da importância de sua efetiva participação na prevenção, no combate e na erradicação do mosquito causador da dengue. Dispõe sobre ações governamentais que contribuam com a erradicação dos mosquitos causadores da dengue.

Parágrafo Único. Entende-se por mosquito causador da dengue o díptero do Gênero *Aedes*, e suas espécies transmissoras do vírus da dengue.

Art. 2º Os Poderes Executivos de cada município do estado, tendo em vista o bem-estar da população, poderão desempenhar ações de polícia administrativa no intuito de eliminar os criadouros e focos do mosquito transmissor desta enfermidade, tanto nas zonas urbanas, quanto nas zonas rurais.

Parágrafo Único. Para os efeitos desta lei entendem-se por criadouro qualquer recipiente natural ou artificial com coleção líquida; por coleção líquida qualquer quantidade de água estagnada e por foco o criadouro onde são encontradas as formas imaturas do mosquito causador da dengue.

Art. 3º A Administração Pública Estadual, por meio de seus órgãos ambientais, de saúde e de suas políticas, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, fiscalizarão o pleno cumprimento do presente dispositivo legal.

§ 1º Os entes de que trata o caput deste artigo poderão realizar vistorias nos imóveis das pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de verificar a ocorrência de locais que possam ser propícios para a reprodução do mosquito.

§ 2º O estado do Paraná poderá promover convênios com seus municípios, em até 60 (sessenta) dias da publicação da lei para disciplinar a responsabilidade de cada um das instituições envolvidas no cumprimento do presente instrumento legal.

§ 3º Independentemente dos convênios previstos no parágrafo anterior, a Administração Pública, seja municipal ou estadual, aplicará imediatamente a presente lei.

Art. 4º É dever de todo cidadão apontar e relatar aos órgãos públicos competentes situações de risco, locais onde exista água parada ou quaisquer outros locais propícios à reprodução do mosquito, garantindo o anonimato.

Art. 5º A autoridade competente, constatando a presença de focos do mosquito, lavrará auto de infração.

§ 1º Entende-se por autoridade competente para os fins deste artigo o Poder Executivo do Estado do Paraná - por intermédio dos órgãos de Vigilância Sanitária, do Instituto Ambiental do Paraná e da Força Verde - e o Poder Executivo Municipal - por intermédio da Vigilância Sanitária ou similar, Secretaria de Meio Ambiente ou similar e sua Guarda Municipal, quando houver.

§ 2º O primeiro Auto de Infração, de caráter educativo, terá forma de notificação, devendo estar acompanhado de orientações de como proceder para a imediata eliminação dos eventuais riscos, e que as medidas a serem tomadas para que se previnam ocorrências de novos focos do mosquito.

§ 3º Havendo a reincidência, será lavrado Auto de Infração com aplicação de multa, que será graduada em leve, moderada e grave, dependendo do número de focos encontrados.

I - Infração leve: Quando detectada a presença de 01 (um) a 02 (dois) focos do mosquito vetor na fase de ovo, larva ou pupa;

II - Infração moderada: de 03 (três) a 04 (quatro) focos do mosquito na fase de ovo, larva ou pupa;

III - Grave: presença de 05 (cinco ou mais focos do mosquito vetor na fase de ovo, larva ou pupa.

Art. 6º As penalidades para as infrações descritas no parágrafo 3º do artigo anterior são as seguintes:

I - Infrações leves, multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

II - Infrações moderadas, multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais);

III - Infrações graves, multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

§ 1º O infrator do presente dispositivo legal poderá recorrer das multas previstas nos incisos deste artigo até a data de vencimento das mesmas.

§ 2º O não pagamento da multa implicará em inscrição na dívida ativa do tesouro municipal ou estadual.

§ 3º Nos casos em que após a aplicação das multas, previstas neste artigo, ainda forem constatados novos focos do mosquito, as multas, serão aplicadas em dobro, triplo, quádruplo, consecutivamente.

§ 4º Os proprietários e possuidores de baixa renda, assim considerados conforme definição a ser estipulada pelo Poder Executivo, terão as multas, de que tratam este artigo, reduzidas em 95% (noventa e cinco por cento).

§ 5º Os recursos oriundos das multas prescritas nesta lei deverão ser integralmente aplicados em ações previstas da dengue, e para o tratamento dos indivíduos infectados.

Art. 7º Nos casos em que as autoridades competentes, assim definidas conforme parágrafo 1º do artigo 5º da presente lei, constatarem criadouros nos imóveis, deverão apresentar notificação, conforme parágrafo 2º do artigo 5º, ao proprietário ou possuidor do local.

Parágrafo Único. Após a notificação prevista no caput, havendo constatação de focos do mosquito no mesmo imóvel, serão aplicadas diretamente as infrações previstas no artigo 6º da presente lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

A substituição da expressão “deverá” pela expressão “poderá” no parágrafo 2º do artigo 3º do Projeto de Lei nº 153/08, dará ao estado a opção de promover ou não convênios com os municípios para disciplinar a responsabilidade de cada uma das instituições envolvidas no cumprimento do presente instrumento legal, conforme suas prioridades, sanando qualquer possível dúvida quanto a não criação de obrigações ao Poder Executivo com a efetivação do presente projeto de lei.

Também foi alterado o caput do artigo 3º, bem como foi excluído o parágrafo único do artigo 4º, pois de acordo com o artigo 1º do Decreto nº 777/07, a Secretaria de Estado da Saúde - SESA - constitui órgão de primeiro nível hierárquico para o desempenho de funções de formulação e execução de políticas sociais e econômicas em todo o território estadual, que visem à prevenção, redução e eliminação de riscos de doenças, bem como a garantia de acesso universal e igualitário às ações de serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio de uma rede de serviços hierarquizada e regionalizada, conforme preceitos constitucionais de universalidade, integralidade e equidade, motivo pelo qual ela deverá fiscalizar o pleno cumprimento do presente dispositivo legal.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 153/08

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

A propositura pretende disciplinar certas atitudes a serem tomadas pelo estado do Paraná no que tange ao combate da dengue. Traça, em linhas gerais, certas determinações, estabelece funções e lista penalidades para o caso de desatendimento das disposições.

Em parecer prévio, houve-se por bem desenvolver o projeto ao autor para que pudessem ser feitas as correções cabíveis.

Manifestando-se sobre tais providências, o autor apresentou emenda substitutiva geral ao projeto pòrtico, a qual se passa a analisar.

De acordo com a emenda enviada, retiram-se vícios que outrora comprometiam a aprovação do presente projeto, principalmente no que diz com o princípio da separação dos poderes.

Entrementes, ainda resta questão a ser debatida: no artigo 5º, § 1º continua a se definir como autoridades competentes para fiscalizar e multar: Vigilância Sanitária, IAP e da Força Verde, bem como dos poderes executivos municipais.

A Vigilância Sanitária tem por função, segundo o Decreto nº 777/07, o que segue:

Art. 28. À Superintendência de Vigilância em Saúde - SVS compete:

I - a gestão do Sistema Estadual de Vigilância em Saúde composto pelas vigilâncias epidemiológicas, sanitária, ambiental, do trabalhador e pela rede estadual de laboratórios de saúde pública, em consonância com as diretrizes do SUS;

II - a coordenação e a supervisão das ações de prevenção e controle das doenças, identificando e priorizando os problemas de saúde da população;

IV - a elaboração de normas, estudos, pesquisas e programas de vigilância epidemiológica, saneamento ambiental em saúde, vigilância sanitária e do exercício profissional;

Parece claro porquanto que está dentre as competências da Superintendência da Vigilância Sanitária exercer tal fiscalização, pelo que, aprova-se a função traçada para tal órgão no presente projeto. De modo mais preciso ainda, seria função do Departamento de Vigilância Epidemiológica - DEVE, com atribuições listadas no artigo 32 do mesmo decreto (regulamento do decreto).

Passando para análise da competência do Instituto Ambiental do Paraná, através de seu sítio na internet, que sua missão é:

“Proteger, preservar, conservar, controlar e recuperar o patrimônio ambiental, buscando melhor qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável com a participação da sociedade.”

E como atribuições, dentre outras:

“Propor, coordenar, executar e acompanhar as políticas de meio ambiente, recursos hídricos, cartográfica e agrário-fundiário do estado.”

Assente nessas premissas, e mais, valorizando a questão de combate à epidemia, com olhos postos na questão de saúde pública, entende-se que ao IAP também incumbe tal função de fiscalização e aplicação de multas.

Por fim, o uso da Força Verde - Batalhão de Polícia Ambiental da Polícia Militar do Paraná, Esse batalhão tem por escopo principal agir de forma ostensiva e de maneira preventiva para evitar ações que resultem em ameaça ou depredação da natureza em todo o território paranaense. O batalhão ainda fiscaliza o cumprimento da legislação ambiental, com o objetivo de preservação da flora e da fauna. Vendo assim, exsurge que compete à Força Verde, essencialmente, fiscalizar o cumprimento da lei a ser publicada.

Por tais razões, por resumo, pode-se ver que cabe aos órgãos arrolados o controle, fiscalização e aplicação dessa lei, inclusive com a aplicação das multas planeadas no projeto.

**Conclusão**

Em razão do exposto, pelo apreço aos aspectos legais, infralegais e constitucionais nosso parecer é pela aprovação da presente Emenda Substitutiva Geral do Projeto nº 153/08.

Sala das Comissões, em 28/10/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 441/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná a Pedro Jorge Simon. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (VOTAÇÃO NOMINAL) (Publ. no DA nº 126/08, de 27/10/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 441/08

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário do Estado Paraná ao Sr. Pedro Jorge Simon.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 25/12/08

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**Em discussão. Em Votação.**

Votação nominal, sendo que os Deputados que forem favoráveis votarão com a expressão SIM e os contrários com a expressão NÃO.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, percebo a ausência do autor desta homenagem ao Senador Pedro Simon. Da forma como está redigida, que V. Exa. expressou, talvez as pessoas não saibam a quem estamos votando, que é Senador da República pelo PMDB, uma das grandes figuras da nossa república. E o Deputado Caíto Quintana, que é o autor da proposta, neste momento não se encontra no Plenário. Mas eu queria chamar a atenção e agradecer, inclusive, e agradecer as manifestações que ouvi do Deputado Valdir Rossoni, do PSDB, e certamente esta Casa há de conceder o título de Cidadania Honorária a um grande brasileiro, que é exemplo para este país, para qualquer homem público, pelo seu caráter, retidão, sua conduta ética, pelo que ele significa. Entendo que o Deputado Caíto Quintana foi muito feliz, em nome da nossa bancada, a Bancada do PMDB nesta Casa, propor o título de Cidadania Honorária a um grande Senador da República, Pedro Simon.

Por isso, sei que esta Casa votará, mas gostaria da unanimidade de todos, para demonstrar o apreço do povo paranaense a este grande Líder do nosso partido, do Rio Grande do Sul e do nosso país.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Concedemos a palavra, para encaminhar, ao Deputado Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)**

Eu também peço apoio a todos os companheiros. Não é porque é gaúcho, mas porque conhecemos a trajetória do Senador Pedro Simon, que sem dúvida nenhuma merece este título da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Mas, gostaria de encaminhar, se V. Exa. permitir, que encaminhasse em nome do PMDB velho de guerra um dos maiores oradores desta Casa, que é o nosso querido Presidente do PMDB do Paraná, Deputado Waldyr Pugliesi, que poderia até falar mais sobre Pedro Simon.

Era isso, Sr. Presidente. Nosso voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Em votação. Quarenta e dois presentes. Tivemos 41 votos SIM.

**Portanto, está aprovado por unanimidade.**

**Requerimentos****O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 3767, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3691, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado, com encaminhamento favorável do Líder do Governo.**

Requerimento nº 3744, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado, com encaminhamento favorável do Líder do Governo.**

Requerimento nº 3743, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimento nº 3764, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Em discussão.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 3753, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3754, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3755 e 3756, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3761 e 3762 e 3763, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3765 e 3766, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3770 e 3771, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3772 e 3798, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3800, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrarmos a Sessão queremos aqui, juntamente com todos os nossos Parlamentares, anunciar o aniversário do nosso querido colega, Pastor Edson Praczyk, a quem desejamos muitas felicidades e as bênçãos de Deus. Parabéns ao nobre Parlamentar e companheiro Deputado Edson Praczyk.

## ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 508 e 719/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 789/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 125, 153, 354 e 441/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 800/07, 313, 344, 386, 390, 402, 485, 502 e 517/08.

Levanta - se à Sessão.

## ***Transcrição:***

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO Nº 3743 DO SR. DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, EM SESSÃO DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2008.

### **“A Monumental Arrecadação do Pedágio em 10 anos”**

(Folha de Londrina)

Como não existem valores conhecidos e confiáveis de quanto o pedágio já arrecadou no Paraná nos 10 anos de existência, fica-se com o cálculo do Deputado Luiz Claudio Romanelli, Líder do Governo na Assembléia: R\$ 7 bilhões. Com mais 14 anos que faltam para o fim dos contratos, esse valor quase triplicará. Como as concessionárias não informam o volume da receita e como nem o Departamento de Estradas de Rodagem, nem a Secretária dos Transportes e nem os Deputados, indagam, o montante deve ser esse mesmo, ou talvez mais.

Com os R\$ 7 bilhões anunciados, seria possível construir 2,5 quilômetros de estradas asfaltadas, o mesmo que seis vezes o trecho de Londrina a Curitiba, conforme Romanelli. Por isso que, quando se fala do rombo que o pedágio causou no bolso dos usuários que transitam pelas rodovias pedagiadas, fala-se de algo monumental. Um descalabro, inclusive porque o retorno das concessionárias em forma de obras foi pouco.

Essa enorme quantia de dinheiro estarrece, mas outra grave realidade é o fato de não se conhecer prestação de contas ao povo desde que o sistema foi implantado, no Governo de Jaime Lerner. No caso norte-americano, esperava-se a duplicação da Rodovia do Café, até Ponta Grossa (porque dali em diante a estrada já estava duplicada ante do pedágio), mas tal não aconteceu. Se eventualmente os números citados pelo Parlamentar não são exatíssimos, não

devem ser muito inferiores. Quem se habilita, que penetre nesse mistério e faça contas, ou se poste ao lado de uma praça de pedágio e conte os veículos (e seus modelos) que passam diariamente por ali. Até agora são 3 mil 650 dias de cobrança, pelas seis concessionárias, com valores altos - hoje de R\$ 5,20/R\$ 7,10/R\$ 9,50/R\$ 12,50 para veículos de passeio, a até R\$ 59,50 para caminhões de seis eixos. A resistência do estado por via de ações judiciais resultou inútil, porque a Justiça deu ganho de causa às concessionárias em todas as demandas.

O Fórum Popular Contra o Pedágio parece malhar em ferro frio, porque as empresas conveniadas estribam-se me contratos assinados. Até que ponto os termos desses acordos foram cumpridos por elas, não se sabe, e não se tem conhecimento de que alguma checagem aprofundada tenha sido feita nesse sentido. Os próprios Deputados nunca se interessaram em levantar a fundo essa questão. Imagina-se quanto bem fariam para a economia paranaense os R\$ 7 bilhões tirados do meio circulante!

## ***Publicações:***

### ***Atas de Comissões***

### ***Constituição e Justiça***

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Rosane Ferreira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Caíto Quintana. Passou-se ao expediente: na ata da reunião ordinária do dia 27/03/07, item 13, leia-se parecer CONTRÁRIO; na ata da reunião extraordinária do dia 15/05/07, item 16, leia-se parecer CONTRÁRIO; na ata da reunião ordinária do dia 22/05/07, item 09, leia-se parecer CONTRÁRIO; na ata da reunião ordinária do dia 19/06/07, item 03, leia-se parecer CONTRÁRIO; na ata extraordinária do dia 19/09/07 leia-se 12ª reunião extraordinária; na ata da reunião ordinária do dia 27/02/08, item 05, leia-se parecer CONTRÁRIO. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 737/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. O Sr. Deputado Carlos Simões apresenta requerimento de adiamento do presente projeto de lei por cinco reuniões. O Sr. Presidente coloca em

votação o requerimento - APROVADO. Os Srs. Deputados Carlos Simões, Nereu Moura, Artagão Júnior, Luiz Claudio Romanelli, Caíto Quintana, Francisco Bühner e Luiz Carlos Martins votam FAVORAVELMENTE e os Srs. Deputados Douglas Fabrício, Tadeu Veneri, Reni Pereira e Duílio Genari votam CONTRARIAMENTE ao requerimento; 02) Projeto de Lei nº 404/08 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 413/08 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. O Sr. Deputado Francisco Bühner, Relator, apresenta requerimento do autor pela retirada de pauta do presente Projeto de Lei - DEFERIDO pelo Sr. Presidente; 04) Projeto de lei nº 436/08 de autoria do Deputado Jonas Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO. O Sr. Deputado Valdir Rossoni apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 517/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 517/08 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Valdir Rossoni, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - DEFERIDO pelo Presidente, bem como CONCEDIDO VISTA a todos os Deputados presentes; 06) Projeto de Lei nº 451/08 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta voto em separado sugerindo a devolução da matéria ao autor. O Deputado Douglas Fabrício, Relator, acata sugestão, acolhendo o voto em separado. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 07) Projeto de lei nº 452/08 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 455/08 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 456/08 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO, com voto contrário do Deputado Luiz Carlos Martins; 10) Projeto de Lei nº 047/08 de autoria do Tribunal de Justiça. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de adiamento do presente projeto de lei por 10 reuniões. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 375/08 de autoria do Tribunal de Justiça. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins apresenta requerimento de adiamento do presente Projeto de Lei por uma reunião. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 865/07 de autoria do Deputado Jocelito Canto. O Sr. Deputado Reni Pereira SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 502/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 502/08 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio

Romanelli - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edgar Bueno, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 433/08 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - REJEITADO. Os Srs. Deputados Reni Pereira, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni, Duílio Genari, Douglas Fabrício e Ademar Traiano votaram contra o parecer. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli, Artagão Júnior, Tadeu Veneri e Nereu Moura votaram a favor. O Sr. Deputado Duílio Genari apresenta voto em separado favorável à matéria. O Sr. Presidente coloca em votação o voto em separado do Sr. Deputado Duílio Genari FAVORÁVEL - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Nereu Moura e Artagão Júnior; 02) Projeto de Lei nº 463/08 de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 865/07 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior, acolhendo a sugestão do Deputado Carlos Simões pela transformação em indicação legislativa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 374/08 de autoria do Poder Executivo Os Srs. Deputados Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Reni Pereira e Valdir Rossoni SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 454/08 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 472/08 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 486/08 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 493/08 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 497/08 de

autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 499/08 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 516/08 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 517/08 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 007/08 de autoria do Deputado Mário Roque. O Sr. Deputado Nereu Moura SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. o Sr. Deputado Carlos Simões apresenta requerimento de inversão de pauta. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 800/07 de autoria do Deputado Pedro Ivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 386/08 de autoria do Deputado Pércles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 427/08 de autoria do Deputado Tadeu Veneri Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 485/08 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 508/08 de autoria do Deputado Pércles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 519/08 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 521/08 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 522/08 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 524/08 de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 402/08 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Presidente CONCEDE VISTA simultânea a todos os Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

## **Orçamento**

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reunião das comissões, sob a presidência da Sra. Deputada Beti Pavin, com as presenças dos Srs.

Deputados Douglas Fabrício, Nereu Moura, Duílio Genari membros, da Comissão. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 311/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/08, que visa a aprovação de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 44.130.691,00 (quarenta e quatro milhões, cento e trinta mil, seiscentos e noventa e um reais), com a criação da receita e despesas por fontes próprias na dotação orçamentária - Fundo Judiciário. Os recursos de que trata este crédito especial visa atender despesas de conclusão de projetos e iniciar obra de construção do Centro Judiciário de Curitiba. Os recursos para cobertura dos créditos serão provenientes se superávit financeiro do exercício de 2007, no valor de R\$ 40.033.291,00 (quarenta milhões, trinta e três mil e duzentos e noventa e um reais) e excesso de arrecadação no valor de R\$ 4.097.400,00 (quatro milhões, noventa e sete mil e quatrocentos reais). Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar a Sra. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pela Sra. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) BETI PAVIN - Presidente  
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

## **Direitos Humanos e Cidadania**

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, sob a presidência do Deputado Francisco Bühner, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Reni Pereira, Caíto Quintana, Antonio Belinati, Tadeu Veneri e Luiz Carlos Martins. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos passadno para Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 271/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 344/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 367/08, de autoria do Deputado Nereu Moura. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente  
Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

**Publicações Administrativas:**

**Aditivo Contratual**

1º ADITIVO CONTRATUAL

**Protocolo:** 10085/07  
**Modalidade:** Convite 101/07

**Contratante:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**Contratada:** Embrasil Empresa Brasileira de Segurança Ltda.  
**Objeto:** Serviços de Vigilância Armada  
**Vigência:** 01/01/09 à 31/12/09  
**Valor:** R\$ 6.660,00 mensais  
**Dotação:** 3390.3701  
(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

